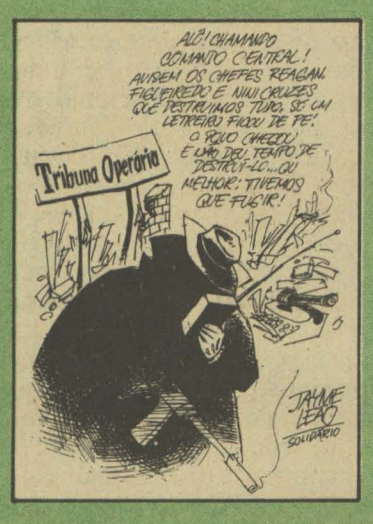
Tribuna da Luta Operária

ANO VI — Nº 203 — DE 4 A 10 DE FEVEREIRO DE 1985

Cr$ 700



SNI, a pesada herança do Estado-polícia

O próximo governo receberá como legado um monstruoso aparato especializado em espionagem contra o povo e a democracia. Afinal, que é mesmo esse SNI? Página 4

Negociatas nos bastidores da dívida externa

Continua no noticiário o escândalo da Sunamam, em que empréstimos internacionais e outros enriqueceram da noite para o dia um capitão-de-fragata. Mas essa negociata é fichinha perto da outra, por atacado, que os tecnocratas do governo Figueiredo estão acertando com os banqueiros internacionais.

Página 3

LSN serve ainda uma vez à indústria do anticomunismo

Adversários do regime militar julgados no Rio com base na lei fascista. Pág. 4

"Na Nicarágua, o povo defende sua revolução"

O deputado estadual Eduardo Bonfim (PMDB-AL) concedeu uma entrevista exclusiva à TO sobre sua visita à Nicarágua. Na página 10.

EDITORIAL

Julgamento absurdo

Amigo leitor. No momento em que você lê este jornal, três cidadãos brasileiros estão respondendo a um processo na Auditoria Militar do Rio de Janeiro, acusados de *tramar o esfacelamento do governo* Figueiredo, sob *inspiração do comunismo mundial*. É ridículo e até surrealista, mas verdadeiro. Parece que os generais ainda não se deram conta de que o regime militar morreu no dia 15 de janeiro quando, por imposição legal do próprio governo, realizou-se o último ato da sucessão, através do Colégio Eleitoral, colocando Tancredo Neves na Presidência.

Os militares, encastelados em Brasília desde 1964, ainda imaginam que podem recorrer à Lei fascista de Segurança Nacional para deter a marcha do desenvolvimento social. Tentam condenar, ainda hoje, democratas e patriotas que ousaram lutar contra a ditadura, sem compreender que esta oposição empolgou milhões e milhões de brasileiros. E que foi a multidão nas ruas que liquidou o monopólio de poder dos generais. Presos à mentalidade tacanha de quartel, os golpistas de 1º de abril pensam que o esfacelamento do governo foi obra de meia dúzia de conspiradores. O próprio Figueiredo, em entrevista à televisão, mostrou-se aturdido, chegando a dar uma *banana* para o Brasil, cheio de rancor contra tudo e todos. Não entra na cabeça desta gente fardada que o isolamento e a derrota são inevitáveis para os que trafegam na contra-mão da história.

O regime caiu por ação da imensa maioria dos brasileiros. A Lei de Segurança Nacional, forjada essencialmente para assegurar o poder nas mãos da oligarquia antipovo e antipátria que ocupou o Palácio do Planalto por 21 anos, terá que ser sepultada junto com os restos mortais da ditadura. A democracia é incompatível com este monstrengo jurídico.

Quanto ao argumento paranóico que berra contra a conspiração internacional ao ouvir a palavra *comunista*, também não convence. O Partido Comunista do Brasil há 63 anos batalha pela liberdade, independência e progresso do país. E indica o socialismo como o caminho seguro para os trabalhadores resolverem os graves problemas gerados pelo capitalismo. Os comunistas tiveram papel destacado na campanha democrática das diretas-já e nas jornadas que levaram à vitória de Tancredo Neves contra o candidato trombadinha do regime, Paulo Maluf. Por tudo isto o destacamento de vanguarda do proletariado arregimentou a simpatia e o respeito de significativas parcelas da opinião pública brasileira.

Políticos como Marco Maciel, da Frente Liberal, José Sarney, vice-presidente da República e mesmo o ex-governador Antônio Carlos Magalhães, já se pronunciaram pela legalidade dos partidos ainda confinados à clandestinidade. O próprio Tancredo manifestou-se favorável a uma reforma constitucional que resolva o assunto. Até o presidente do Superior Tribunal Militar, almirante Bienrrebach, declarou que esta legalização não ameaça a segurança nacional.

Enquanto isto, desatinados defensores do regime que deixou de existir — e do governo mais desmoralizado que o Brasil já teve, batido nas ruas e no Colégio Eleitoral — teimam em julgar democratas pela Lei de Segurança Nacional, visando impedir os comunistas de atuarem legalmente.

Impõe-se a urgente revogação da LSN, a legalidade do PC do Brasil e de todos os partidos políticos e, mais do que isto, impedir o julgamento de civis por Tribunais Militares. Estes tribunais de exceção só vigoram nos regimes fascistas ou, excepcionalmente, em caso de guerra. Urge de imediato que em todo o Brasil levante-se a voz dos democratas contra o absurdo julgamento em curso no Rio de Janeiro.

Congresso de jovens palestinos promete: Sanaud (voltaremos)!

Congresso da Juventude Palestina na América Latina. Pág. 2

Após 18 meses os bancários elegem o seu Sindicato

Depois da longa intervenção, bancários de São Paulo realizam eleições na entidade, votando na chapa única Resistência **para barrar a exploração patronal. Pág. 7**

Foto Raul Júnior

Passeata na capital paulista contra a interferência do ministro Macedo

Figueiredo acaba entrevista dando banana que a TV não leva ao ar

O triste espetáculo do general presidente em sua única entrevista exclusiva desde que assumiu o cargo em 1979: pediu ao povo que o esqueça e só elogiou o general Cruz. Pág. 4

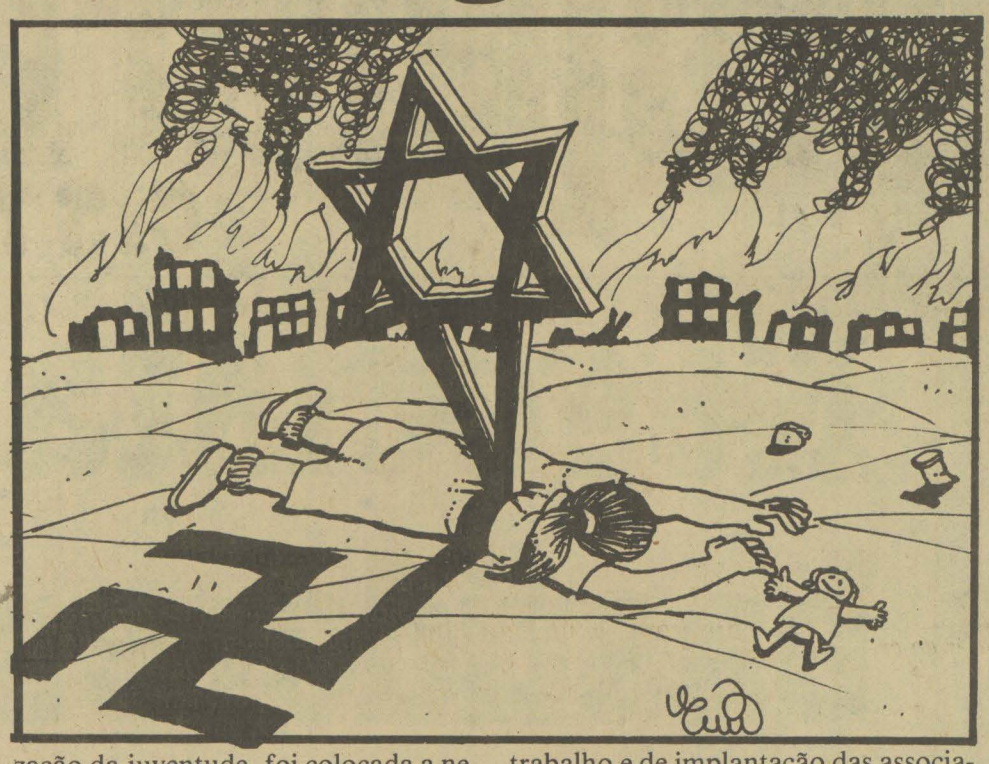
Exportação da carne cresce à custa da fome e miséria do povo

As exportações brasileiras do produto subiram mais de 3000% entre 1980 e 1984. Entretanto, o povo arrochado reduziu o consumo de carne. Página 3

CDM Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Palestinos se organizam no Brasil

Tem início dia 1º em Piracicaba (São Paulo) o I Congresso Nacional Sanaud, que fundará uma entidade nacional para coordenar e dirigir o movimento de jovens brasileiros descendentes de árabes e apoiadores da causa palestina. Na cidade ainda ocorrerão um seminário de estudos sobre a Palestina e o I Encontro da Juventude Árabe-Palestina da América Latina e Caribe (este, entre 8 e 9 de fevereiro).



Após o II Congresso Árabe-Palestino-Brasileiro, realizado em 1983, um grupo de jovens brasileiros, filhos e netos de árabes, lançou um manifesto pela criação em todas as cidades de Associações Culturais Sanaud (que em árabe significa "Voltaremos"). Em São Paulo foi organizada a primeira Associação, e atualmente existem 15 (no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Distrito Federal).

As Associações Sanaud objetivam divulgar e preservar a cultura árabe-palestina, apoiar as lutas dos povos árabes, principalmente a causa palestina, e divulgá-las amplamente no Brasil.

Centenas de jovens participam das entidades, desenvolvendo atividades culturais, recreativas, esportivas e filantrópicas. Com o crescimento das atividades e da importância da organização da juventude, foi colocada a necessidade de uma entidade de caráter mais amplo, que organizasse e coordenasse as atividades num plano nacional. Assim foi escolhida uma comissão para preparar o Congresso que agora se inicia em Piracicaba. O Congresso será aberto no salão nobre da Universidade Metodista de Piracicaba, cedido pelo reitor Elias Boaventura.

O Congresso Sanaud, além de tirar uma carta de princípios, programa de trabalho e de implantação das associações culturais em todo o país, deverá fundar uma entidade nacional para coordenar e dirigir o movimento dos jovens em apoio à causa palestina. Também discutirá questões culturais, políticas, jurídicas, econômicas e o relacionamento com outras entidades de jovens (UNE, UBES, UJS, juventudes partidárias, etc.). Sanaud será apartidária e se relacionará com todas as entidades da sociedade civil e todos os partidos políticos.

SEMINÁRIO DE ESTUDOS

O Seminário de Estudos ocorrerá entre os dias 4 e 7 de fevereiro no *campus* da Unimep. Constará de palestras de especialistas da causa palestina, como Georges Bourdokan, Nélson Haddad, Saad Chedid, Eduardo Kronfluy, entre outros. Serão abordados temas como a causa palestina e os meios de comunicação de massa, a juventude, aspectos jurídicos da questão palestina e semântica colonial.

Já o Encontro Latino-Americano e Caribenho da juventude terá como finalidade preparar com detalhes o I Congresso da Juventude Árabe-Palestina da América Latina e Caribe.

Esses eventos contribuirão para a organização da juventude brasileira, seu relacionamento com outras entidades, e para o engajamento de uma parcela significativa dessa juventude nas lutas nacionais e patrióticas. Servirão também para fortalecer ainda mais e divulgar amplamente a causa do povo palestino, que é a causa de todos os povos oprimidos do mundo. Com certeza o grito da Organização pela Libertação da Palestina e do povo palestino será firmemente entoado pelos congressistas: "Revolução até a Vitória — Sanaud! (Voltaremos). **(Lejeune Mato Grosso Xavier, membro da Comissão Organizadora do I Congresso Nacional Sanaud)**

Mitterrand ataca a Nova Caledônia

O governo francês ampliou a vigência do estado de emergência na Nova Caledônia até 18 de julho, intensificando a repressão contra os patriotas que lutam pela independência do arquipélago. O "socialista" François Mitterrand pretende esmagar a luta de libertação dessa colônia francesa, de 145 mil habitantes, situada a 1.200 quilômetros da Austrália.

A luta anticolonialista é conduzida pela Frente de Libertação Nacional Canaca Socialista (FNLCS), que em dezembro constituiu um governo provisório em oposição ao imperialismo francês. Imediatamente a França decretou estado de emergência e enviou 6 mil soldados para o arquipélago.

Até o dia 23 de janeiro, cerca de 20 pessoas haviam morrido nos embates em Nova Caledônia. A luta, contudo, não cessou. A produção de níquel foi completamente paralisada em conseqüência da intensificação dos combates e da sabotagem dos principais equipamentos de mineração. A França, em represália, ampliou o estado de emergência.

A Nova Caledônia — cuja economia é dominada pelas multinacionais — detém cerca de 25% das reservas mundiais de níquel — responsável por 90% de suas exportações e um terço do PNB. Produz ainda cromo, café e gado.

Além disso, ocupa uma posição geográfica estratégica: controla todos os acessos às vias marítimas do Japão, China e Sudeste Asiático. Foi de lá que, na II Guerra, os EUA lançaram sua ofensiva contra o Japão.

Isso explica a violência usada por Paris para preservar o domínio das ilhas, onde é sustentada politicamente pelos descendentes dos colonos franceses que ali se estabeleceram no século passado.

FALSO SOCIALISMO

O episódio desmascara ainda mais o falso socialismo de François Mitterrand, que ameaçou tomar todas as medidas necessárias para "reforçar a base militar de Nouméia" (capital do país) e "manter o papel e a presença estratégica da França nesta região do mundo".

O presidente francês não deixou, contudo, de procurar conservar as aparências de que o domínio sobre as ilhas é democrático e conveniente à população. Mitterrand tramou um plano para tornar o território "independente mas associado à França", submetendo-o a um plebiscito em julho (em pleno estado de emergência). Pelo plano, o governo francês terá "a responsabilidade total pela defesa e a segurança pública no país" — em outras palavras, pretende manter a dominação imperialista, com uma nova forma, dado o desgaste do velho sistema colonial.

Mas o chefe do governo provisório instalado pela FNLCS, Jean-Marie Tjibaou, afirmou que as forças patrióticas continuarão a luta pela independência: "Vamos ver quantas mortes mais Mitterrand deseja antes de nos conceder a liberdade", disse. **(Umberto Martins)**

As leis trabalhistas na Albânia Socialista

O Código do Trabalho da Albânia Socialista expressa a vontade da classe operária e de todas as massas trabalhadoras e constitui um importante instrumento da ditadura do proletariado, que rege as relações sociais do trabalho dos operários e empregados, libertos da exploração do homem pelo homem. É o que explica o artigo do candidato a doutor em ciências jurídicas albanesas Paskal Haxhi, do qual publicamos trechos:

Na República Popular Socialista da Albânia se dedica uma particular importância à Legislação socialista em geral e Trabalhista em particular, como um poderoso instrumento do Estado de Ditadura do Proletariado para a construção socialista do país.

Em 9 de julho de 1945 — alguns meses após a vitória da Revolução — a presidência do Conselho Antifascista de Libertação Nacional aprovou a lei que regia as relações trabalhistas dos operários e empregados, nos seus principais aspectos. Determinou o horário de trabalho de 8 horas, o descanso diário e as férias anuais, e sancionou a igualdade da mulher com o homem no terreno da remuneração do trabalho.

CÓDIGO APERFEIÇOADO

Em 1946 se aprovou a primeira Constituição socialista da Albânia, sancionando o direito dos cidadãos ao trabalho, limitação do horário de trabalho, férias anuais remuneradas, direito aos seguros sociais estatais, etc. Um ano mais tarde, a Assembléia Popular aprovou o novo Código do Trabalho. Esse Código foi aperfeiçoado por normas complementares e substituído, em 1956, 1966 e 1980 por outros, que refletiam as condições de avanço econômico e progresso na construção do socialismo.

O quarto Código do Trabalho, em vigor desde 1º de outubro de 1980, é uma continuação lógica dos precedentes, porém de um nível qualitativo superior. Em sua elaboração foi levado em conta que a luta de classes é a principal força motriz que leva adiante a revolução e a edificação do socialismo.

No artigo 14 do Código se estipula que os operários e empregados, organizados nas Uniões Profissionais (os sindicatos albaneses), participam na elaboração e na aplicação dos planos do Estado. E o artigo 16 expressa que as Uniões Profissionais colaboram com os órgãos estatais e demais organizações para que as massas trabalhadoras participem de maneira organizada na direção da economia e no governo do país. Todos os desacordos que surgem entre o operário ou empregado e a administração da empresa, das instituições ou das organizações sociais, quando não se resolvem diretamente entre eles, são resolvidos pelo Comitê Profissional da organização de base das Uniões Profissionais.

Com base no artigo 16, as Uniões Profissionais lutam pela participação dos operários no exercício do controle operário direto, sob a direção do Partido, da atividade da administração da empresa ou da instituição, para a boa marcha de seu trabalho, contra as manifestações de burocratismo e de liberalismo.

No nosso país socialista não existe o desemprego. O Código Trabalhista sublinha: "O Estado garantirá trabalho aos cidadãos onde o exigem as necessidades do desenvolvimento econômico e social do país. Os operários e empregados, conscientes de que só mediante o trabalho se constrói o socialismo e se reforça o regime socialista, trabalham onde se lhes assegura trabalho".

O operário ou empregado que estuda segundo o sistema de estudo e trabalho, tem direito a uma licença remunerada. Quando os trabalhadores seguem os cursos regulares para futura qualificação ou especialização, para elevar seu nível ideológico ou profissional, ou para aprender outros ofícios, por todo o tempo que faltam ao trabalho gozam do direito à remuneração.

O operário e empregado que trabalham em processos perigosos para sua vida e sua saúde, ou sua roupa fica estragada ou suja, recebem gratuitamente da empresa, instituição ou organização, meios de proteção, roupa especial, antídotos, alimentação equilibrada e suplementar, e, quando o exigem as condições de higine social, também roupa de trabalho.

As mulheres grávidas ou que têm filhos menores de um ano, os adolescentes menores de 16 anos e os doentes são proibidos de realizar trabalhos noturnos ou penosos. As grávidas têm direito à licença remunerada de 6 meses. A operária e os menores de 18 anos são proibidos de trabalhar no subsolo ou realizar trabalhos nocivos à saúde.

A administração da empresa, da instituição ou da organização social tem obrigação de admitir os inválidos ou doentes, estabelecê-los em um trabalho permanente e tomar medidas para sua reabilitação.

No artigo 10 do Código se diz que "aos operários e empregados, que perdem a capacidade de trabalho e no caso de velhice, o Estado lhes assegura os meios materiais para sua subsistência".

No cumprimento do princípio do direito ao trabalho, nossos cidadãos, conforme a Constituição, têm direito a escolher e exercer sua profissão de acordo com suas capacidades e vocação pessoal e segundo as necessidades da sociedade.

DIREITOS GARANTIDOS

Os direitos dos operários e empregados não são declarações jurídicas formais. Nossa legislação prevê todos os meios necessários que garantam sua plena realização. É o caso da obrigação das administrações das empresas, instituições e organizações em não recusar a admissão no trabalho aos cidadãos por causas não baseadas na lei, a definição de maneira taxativa dos casos de dispensa, a regulamentação e elevação do nível ideológico e profissional dos trabalhadores, a regulamentação das admissões no trabalho segundo a profissão e a qualificação dos trabalhadores, a garantia dos salários dos operários e empregados e a permissão dos cortes salariais só em casos muito raros e rigorosamente definidos pela lei; o procedimento simples e expeditivo de solução dos desacordos no trabalho que é aplicado pelos organismos sociais ou estatais investidos de autoridade e independentes no plano dos princípios e na prática com respeito à influência da administração das empresas; o salário garantido para os trabalhadores que regressam ao trabalho pelo tempo em que foram despedidos injustamente, etc, etc.

Sendero mata sindicalista camponês no Peru

Recebemos uma carta da Confederação Camponesa do Peru denunciando o assassinato de um de seus secretários pelo grupo Sendero Luminoso. O fato é de extrema gravidade e merece o repúdio de todos os democratas e patriotas. Diz a carta, entre outras coisas:

"Pela presente, cumprimos com o penoso dever de comunicar-lhes que o camarada Lorenzo Galindo Tomaylla, Secretário Nacional de Controle e Disciplina da Confederação Camponesa do Peru, Secretário-Geral da Federação Departamental de Comunidades e Camponeses de Ayacucho, destacado filho da Comunidade Camponesa de Quispillaccta, Ayacucho, após ter sido seqüestrado por mais de três meses, por bandos do Sendero Luminoso, foi covardemente assassinado a cutiladas em Collutayocc, Ayacucho.

"O camarada Lorenzo Galindo, fiel militante do Partido Comunista Peruano (marxista-leninista), foi também destacado dirigente sindical, pois dirigia até 1979 o Sindicato Têxtil CUVISA na capital da República. Ao ser despedido devido a uma greve geral, se dedicou por inteiro ao movimento camponês na Zona de Emergência de Ayacucho, apesar dos múltiplos perigos que existem como conseqüência de ser o movimento anarco-terrorista do Sendero inimigo da Confederação Camponesa do Peru, da Albânia e do partido do proletariado.

"Como o camarada Lorenzo Galindo Tamaylla, muitos outros camponeses foram assassinados, seja pelo Sendero ou pelas forças repressivas, sendo atualmente muito complexa a situação. Nossa Central atravessa grandes dificuldades e graves perigos; porém persiste na luta em defesa dos interesses do campesinato. Na Zona de Emergência os camponeses são obrigados a defender suas vidas e bens organizando-se em grupos de autodefesa, em rondas e patrulhas camponesas, armados rudimentarmente.

"Proletários de todos os países, uni-vos!"

Assinam a carta da Confederação Camponesa do Peru, o secretário-geral, Melquíades Ampuero Mattos; o secretário de defesa, Saturnino Paredes Macedo; e o secretário de imprensa e propaganda, Pelayo Ore Chavez.

Leia e estude o marxismo-leninismo

O Manifesto Comunista — Cr$ 3.400
Sobre a literatura e a arte — Cr$ 7.800
Obras escolhidas — 3 volumes — cada volume Cr$ 20.000 Ideologia Alemã — Cr$ 8.400.

Engels
Dialética da Natureza — Cr$ 13.350 Anti-Dühring — Cr$ 13.750 A origem da família, da propriedade privada e do Estado — Cr$ 9.400 Do socialismo utópico ao socialismo científico — Cr$ 5.600 O papel do trabalho na transformação do macaco em homem — Cr$ 2.700.

Marx
Liberdade de imprensa — Trabalho assalariado e capital — Cr$ 3.300 Salário, preço e lucro — Cr$ 3.900 A origem do capital — Cr$ 9.800 Miséria da Filosofia — Cr$ 5.200.

Lênin
As 3 fontes e as 3 partes constitutivas do marxismo — Cr$ 5.800 O trabalho do Partido entre as massas — Cr$ 5.000 Sobre os sindicatos — Cr$ 5.000 O programa agrário — Cr$ 5.000 O que fazer? — Cr$ 10.200 O estado e a revolução — Cr$ 10.300 Esquerdismo, doença infantil do comunismo — Cr$ 9.800 Imperialismo, fase superior do capitalismo — Cr$ 8.700 A revolução proletária e o renegado Kautsky — Cr$ 5.000 Teses de Abril — Cr$ 4.000 Como iludir o povo — Cr$ 3.900.

Stálin
Fundamentos do leninismo — Cr$ 8.800 O marxismo e o problema nacional e colonial — Cr$ 5.000 Materialismo dialético e histórico — Cr$ 3.900.

Enver Hoxha
Reflexiones sobre China — 2 volumes — cada volume Cr$ 10.000 Les Titistes — Cr$ 5.000 Imperialismo y Revolución — Cr$ 5.000 Discurso aos eleitores — Cr$ 1.500 O Eurocomunismo é anticomunismo — Cr$ 6.000

João Amazonas
Socialismo, ideal da classe operária, aspiração de todos os povos — Cr$ 4.000 Pela liberdade, pela democracia popular — Cr$ 3.000 O revisionismo chinês de Mao Tsétung — Cr$ 3.000 A atuação dos trotsquistas no PT — Cr$ 500.

OUTROS AUTORES
Marx, o homem, o pensador e o revolucionário — D. Rizzanov — Cr$ 9.800 Dez dias que abalaram o mundo — John Reed — Cr$ 17.500 Greves operárias na Bahia — Renildo Souza — Cr$ 2.000 Princípios fundamentais do marxismo — Plekhanov — Cr$ 7.600 A questão agrária — Kautsky — Cr$ 7.000 Itinerário de lutas do PC do Brasil — Haroldo Lima — Cr$ 2.000 Socialismo na Albânia — Jaime Sautchuk — Cr$ 13.000 Em defesa dos direitos e da emancipação da mulher — Luísa Morais e textos de Marx, Engels, Lênin e Auguste Bebel — Cr$ 2.000 História da riqueza do homem — Léo Hubbermann — Cr$ 14.000.

Pedidos com o envio de cheque nominal à Editora Anita Garibaldi, rua Brigadeiro Luís Antônio, 317, sala 43, CEP 01317 - Fone 34-0689 - São Paulo.

Centro de Documentação Marxista
Fundação Maurício Grabois

Foto: Roberto Stuckert

Figueiredo entrevistado na TV: no final a eloquente banana que a Manchete não deixou ir ao ar

General-ainda-presidente troca de mal com o Brasil

É lamentável que a TV Manchete, ao editar sua pioneira entrevista do dia 24 com o general-presidente Figueiredo, tenha cortado o gesto mais eloquente: aquele no final, em que o entrevistado acena aos brasileiros com uma rancorosa *banana*. Brigado com o país e saudoso do quartel, Figueiredo era o retrato vivo do regime militar que bate em retirada.

Não se sabe que obscuros motivos levaram a conceder, a seu ex-auxiliar Alexandre Garcia, esta primeira entrevista em toda a sua gestão (desde sua possa Figueiredo só falava à imprensa quando no exterior, ou em fugazes trocas de palavras à margem de alguma programação).

Tratando-se de um entrevistador amigo (de Figueiredo), as perguntas evitaram pôr a limpo episódios escabrosos como o Riocentro e as manobras prorrogacionistas e golpistas de setembro-outubro do ano passado. Mesmo assim o clima transmitido foi singularmente realista, e negativo. As palavras e sobretudo as imagens transmitidas valeram como um verdadeiro *strip-tease* do último general da linhagem de 1964.

ELOGIO SÓ A NEWTON CRUZ

As respostas, sempre em tom queixoso e enervado, davam a impressão de que o entrevistado sentava-se no banco dos réus. Figueiredo considera que o povo não lhe fez justiça e pede aos "70% dos brasileiros que estão apoiando o Tancredo" que "me esqueçam" Afirma-se "magoado" e "surpreendido" com os políticos. Arremete contra os jornalistas, dizendo que "o trabalho da imprensa foi trabalhar contra mim". Hostiliza até seus auxiliares e o ex-presidenciável governista, Paulo Maluf, declarando que "não fazem o meu gênero".

Em 40 minutos de entrevista o único personagem a receber elogios, e rasgados, é o tristemente célebre general Newton Cruz: Figueiredo considera que ele "agiu muito bem" e por isso "foi promovido", porque "nem eu permitiria que ele fosse punido". Quanto a instituições, as referências elogiosas ficam para os quartéis e o SNI.

Na mesma linha, o general — ainda — presidente deixou escapar a informação de que a cúpula militar de seu governo chegou a examinar a hipótese de "dar um golpe", no segundo semestre de 1984. Admitiu que de fato, numa reunião com os ministros militares, "um dos assuntos foi este, as hipóteses possíveis, e essa hipótese foi completamente riscada". E isto é dito com excepcional caradurismo, diante das Câmeras da TV Manchete, como se fosse a coisa mais normal desse mundo um general-presidente reunir-se com seus generais-ministros para examinar a possibilidade de dar um golpe de Estado, riscando-a ou não segundo melhor entenda.

O PAPEL DE FIGUEIREDO

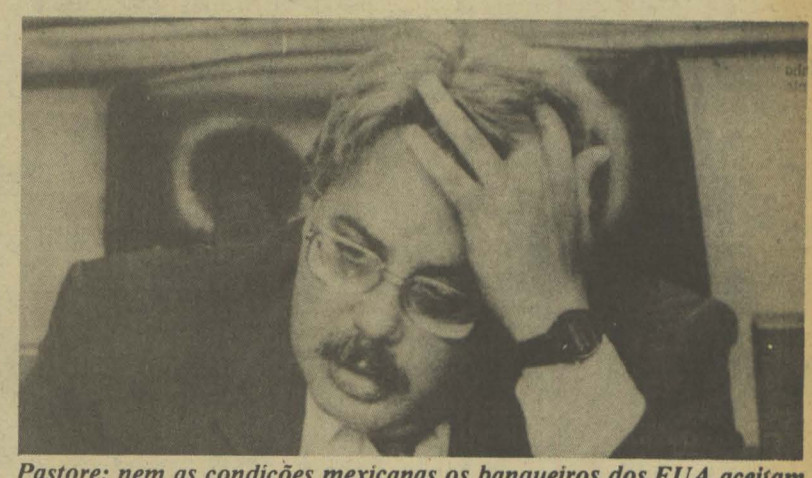
Sabe-se que a ciência da História não atribui papel decisivo aos indivíduos, sejam heróis ou vilões. Os elementos que definem a trajetória histórica são em primeiro lugar personagens coletivos — as classes sociais, os partidos e instituições que expressam seus interesses.

Os indivíduos porém jogam seu papel, e no caso de Figueiredo seria difícil imaginar um melhor representante para o regime militar em sua fase agonizante: indolente e malhumorado, egocêntrico, brigado com o resto do país e derrotado na briga mas sem dar a mão à palmatória.

Como epílogo da entrevista, logo antes da *banana,* Figueiredo fez ainda uma ameaça. Disse que, se o visitarem em seu sítio do Dragão, em Nogueira, "não me venham conversar sobre política, que aí eu abro meu arquivo". Seria altamente instrutivo se alguém visitasse general no dia 16 de março, para ver se ele cumpre a ameaça e revela mais alguns podres do regime ao qual serviu até o fim.

Traficância para amarrar a dívida até depois do ano 2000

Enquanto Tancredo Neves aterrisava em Washington, quinta-feira, dia 31, com a dívida brasileira no centro de sua agenda, em Nova Iorque presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, negociava com os banqueiros americanos o pagamento da dívida até para lá do ano 2000. E Ernane Galvêas, ministro da Fazenda, fazia o mesmo com o Clube de Paris.



Pastore: nem as condições mexicanas os banqueiros dos EUA aceitam

A febre negociadora dos tecnocratas do regime agonizante constitui verdadeira arapuca para a gestão Tancredo Neves. Pretende fixar a modalidade de pagamento da dívida durante os próximos 16 anos, ou seja, até o milênio que vem, comprometendo não só o governo Tancredo mas também os que virão depois. Só o pacote que Pastore negocia, com os bancos privados dos EUA, soma 50 bilhões de dólares, metade da dívida total.

Para os banqueiros, é uma sorte grande poder tratar com um governo como o de Figueiredo, desmoralizado, em fim de carreira e comprovadamente inescrupuloso na hipoteca da soberania nacional. Até a desonestidade das autoridades brasileiras (veja, no quadro, o escândalo da Sunamam) é aproveitada para arrochar o garrote da chantagem financeira.

PIOR QUE O MÉXICO

No pé em que anda a negociação, o rarefeito patriotismo do sr. Pastore mal chega para reivindicar as mesmas condições conferidas ao tratamento da dívida externa mexicana. E sabe-se que a via mexicana não leva a parte alguma: o país devedor obriga-se a pagar os juros escorchantes, flutuantes e acrescidos do **spread**, uma taxa extra; e ao fim do sacrifício continua devendo exatamente o que devia antes, já que o principal não é tocado. Além disso, as auditorias dos credores se estendem ao longo de todo o processo, eternizando a tutela estrangeira na economia.

Ocorre que os banqueiros não se dispõem a aceitar sequer as condições mexicanas. Querem um **spread** mais alto, condições mais arrochadas. Temem que, empossado o governo Tancredo, paisano e sensível a pressões internas, as negociações atuais sejam revistas. E por isso exigem um acordo de vassalo para senhor, de formas que mais adiante possam fazer alguma concessão e ainda assim manter uma suculenta taxa de lucro.

A administração Figueiredo não se peja em levar avante esse tipo de negociata, onde a moeda de troca é de fato a fome do povo brasileiro, e perto da qual a roubalheira da Sunamam parece um brinquedo de criança. Porém o governo Tancredo terá por obrigação inverter este rumo, sob pena de paralisar qualquer mudança na área econômica e social.

TANCREDO E A DÍVIDA

Mineiramente, o presidente eleito já comentou em Portugal que as negociações prosseguem "mas se amanhã esses resultados se tornarem inviáveis elas serão retomadas em condições compatíveis com a realidade econômica do país". Deixa assim uma porta aberta para desnegociar o que for negociado pelo governo que deixa a cena em março.

Independente das posições e inclinações do próximo presidente e de seus ministros, e do que venha a ser negociado nos próximos dias, o cabeludo problema da dívida ainda dará muito pano para manga. E os movimentos populares, que têm muito o que dizer sobre o assunto serão chamados pelos acontecimentos a fazer ouvir sua voz. A pressão em favor de medidas patrióticas corajosas, que já se fez sentir num passado recente, seguramente se tornará bem mais poderosa nas condições de uma transição democrática do tipo que se prenuncia.

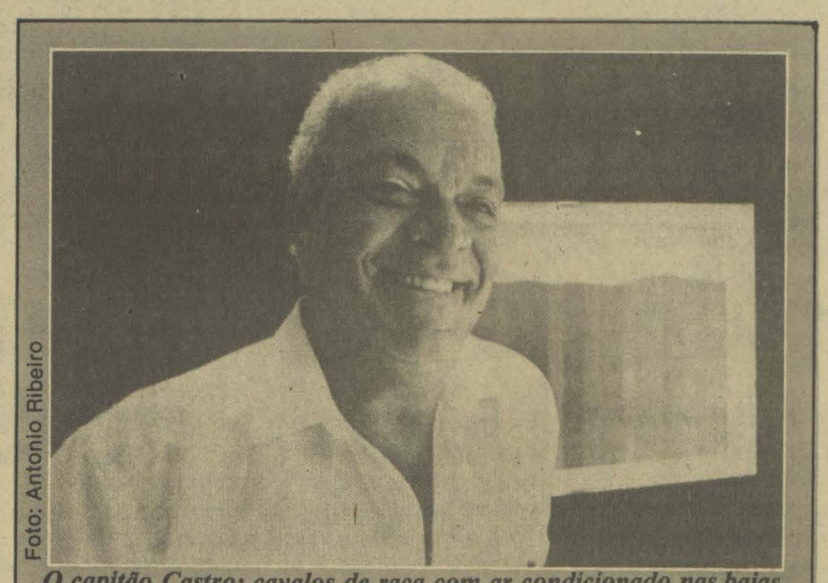


Foto: Antonio Ribeiro

O capitão Castro: cavalos de raça com ar condicionado nas baias

O escândalo da Sunamam

O escandaloso caso da Sunamam tornou-se nos últimos dias um prato feito para os banqueiros que negociam com a dívida externa brasileira. Basta mencioná-lo para deixar os tecnocratas do governo Figueiredo na defensiva, ruminando desculpas e evasivas.

Em resumo, trata-se do não pagamento de perto de 550 milhões de dólares de empréstimos — 183 milhões dos quais contraídos no exterior. O dinheiro foi tomado por empresas da construção naval, inclusive multinacionais como o estaleiro Ishikawajima. Como fiador dos negócios entrou um órgão do governo, a Sunamam (Superintendência Nacional da Marinha Mercante), subordinada ao Ministério dos Transportes.

O problema é que os dólares emprestados e não pagos foram em boa parte para os bolsos de capitalistas inescrupulosos do setor, acumpliciados com gente não menos inescrupulosa da cúpula da Sunamam. Para garantir a mamata, vários contratos de financiamento foram adulterados, grosseiramente, como se os trapaceiros estivessem certos da impunidade.

Depois de vários anos de irregularidades, que começaram já no governo Geisel, o escândalo veio à tona. E com ele entrou também para o noticiário mais um desses produtos típicos do regime militar: o capitão-de-fragata da Marinha de guerra Luís Rodolfo de Castro, diretor financeiro da Sunamam.

Apesar de receber um salário de Cr$ 3,5 milhões mensais, o capitão no período em que assumiu o cargo transformou-se num homem riquíssimo. Hoje sua fortuna é avaliada em mais de 20 bilhões de cruzeiros e inclui até 30 cavalos de corrida, que ele mantém a peso de ouro no Jockey Clube do Rio de Janeiro, chegando ao requinte de instalar aparelho de ar condicionado nas baias.

Europa festeja vitória da democracia no Brasil

O expressivo apoio popular em todos os países onde passa; a defesa constante da liberdade, da democracia; e o indiscutível respaldo para tratar com mais independência das questões da dívida externa nos Estados Unidos são os resultados já palpáveis da viagem do presidente eleito, Tancredo Neves, ao exterior.

O presidente eleito encontra-se com os jogadores brasileiros na Itália

O contraste com as viagens dos sucessivos presidentes militares é gritante. Tancredo Neves saiu do Brasil com uma pequena comitiva, em um avião de carreira, e não houve veto a nenhum dos jornalistas que o acompanharam para cobrir o périplo pelo exterior. Ao desembarcar em Roma, primeira parada de sua turnê, Tancredo foi recepcionado por um grupo de brasileiros que moram na Itália com uma ruidosa manifestação de apoio. Os jogadores brasileiros que atuam naquele país encontraram-se com o presidente. Os generais que desmandaram no país por 21 anos, quando iam ao exterior cercavam-se de seguranças, visando escapar das invariáveis manifestações de protesto e gritos de "abaixo a ditadura"...

O plano de viagem do presidente eleito era ir para a Itália, Portugal, Estados Unidos, México e Argentina. Mas na Europa Tancredo acabou cedendo aos convites dos governos francês e espanhol para visitar também esses países. Assim, Tancredo avistou-se com os chefes do governo e de Estado da Itália (Sandro Pertini e Bettino Craxi), França (François Mitterrand), Portugal (Ramalho Eanes e Mário Soares), Espanha (rei Juan Carlos e Felipe Gonzales).

REAFIRMAÇÕES DEMOCRÁTICAS

Nos contatos com a imprensa, nas solenidades oficiais, a constante são as reafirmações de fé na democracia e na liberdade expressas por Tancredo Neves. "Em março, pretendemos inaugurar uma nova era, na qual os brasileiros nos converteremos num regime verdadeiramente democrático", afirmou em Portugal. E mais: "Pessoalmente sou favorável à legalização de todos os partidos" (quando questionado sobre a legalidade do Partido Comunista, na Espanha); "Vale a pena lutar pela democracia, por que fora do regime de liberdade não há vida digna de ser vivida".

Na Espanha, Tancredo não se furtou a responder a uma pergunta sobre a possibilidade de golpe militar no Brasil: "Efetivamente há sempre um temor. Faremos todo o possível para evitar isso, mas as tentações militaristas estão sempre presentes", disse.

DÍVIDA EXTERNA

O drama da dívida externa brasileira, que suga todos os recursos da nação, foi constante nas conversações com os chefes de Estado estrangeiros e nos contatos com a imprensa. Tancredo afirmou: "Não vamos pedir aos assalariados de baixa renda que dêem mais nada. Eles já fizeram sua parte". E anunciou: "Vamos negociar com os Estados Unidos como Nação adulta", no dia que partiu de Lisboa rumo a Nova Iorque. De fato, os encontros com governantes deram-lhe um cacife maior para o encontro com Reagan, que pretendia ser o primeiro chefe de Estado a se encontrar com Tancredo depois de 15 de janeiro.

Após os EUA, Tancredo ainda irá ao México e Argentina.

Carne para o exterior, fome e miséria para os brasileiros

A produção brasileira de carne "in natura" está em crise e, segundo os empresários, o índice de ociosidade do setor é de 47%. Mas as exportações do produto saltaram do nível de 5.726 toneladas em 1980 para nada menos que 174.501 em 1984 (evolução superior a 3.000%).

A explicação reside na drástica redução do consumo interno, "que desceu a um nível crítico", conforme os próprios empresários: de 21 quilos por cabeça, por ano, passou para 13,8 kg. O "belo" desempenho das exportações ocorreu sem que houvesse a contrapartida do aumento da produção.

O fato constitui uma boa ilustração dos pesados sacrifícios que o regime impõe ao povo para levar em frente sua política entreguista. A retração brutal do mercado interno é cria do Fundo Monetário Internacional, reflexo direto da recessão econômica, da inflação e dos inevitáveis desdobramentos — o crescimento sem precedentes do desemprego, do arrocho salarial e da fome.

Ao seguir à risca os mandamentos do FMI, o governo do general Figueiredo não desperdiçou esforços para comprimir a procura interna. A alíquota do ICM da carne foi aumentada, enquanto, ao mesmo tempo, era instituído o crédito-prêmio de 9% sobre o valor das exportações, acompanhada, ainda, pela isenção do ICM (quando o produto for destinado ao mercado externo).

Esses subsídios, além de onerarem outros setores da economia, "só beneficiaram aos importadores", nas palavras do diretor-superintendente do Frigorífico Vale do Tietê, Amílcar Barreto Maldonado. Os preços externos baixaram de US$ 3.288,2 a tonelada em 80 para US$ 1.728,9 no ano passado.

Com isso, foram acrescidos algumas centenas de milhões de dólares ao superávit da balança comercial no ano passado — usados no pagamento dos juros da dívida externa fabricada pelo regime. E, enquanto o produto é oferecido a preços baixos ao estrangeiro, o país foi afundado ainda mais na contradição de conviver, de um lado, com a dificuldade de comercializar a carne produzida e, de outro, com a fome dos trabalhadores, com capacidade aquisitava cada dia mais comprimida.

CEDIM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Foto: Ivan Góes

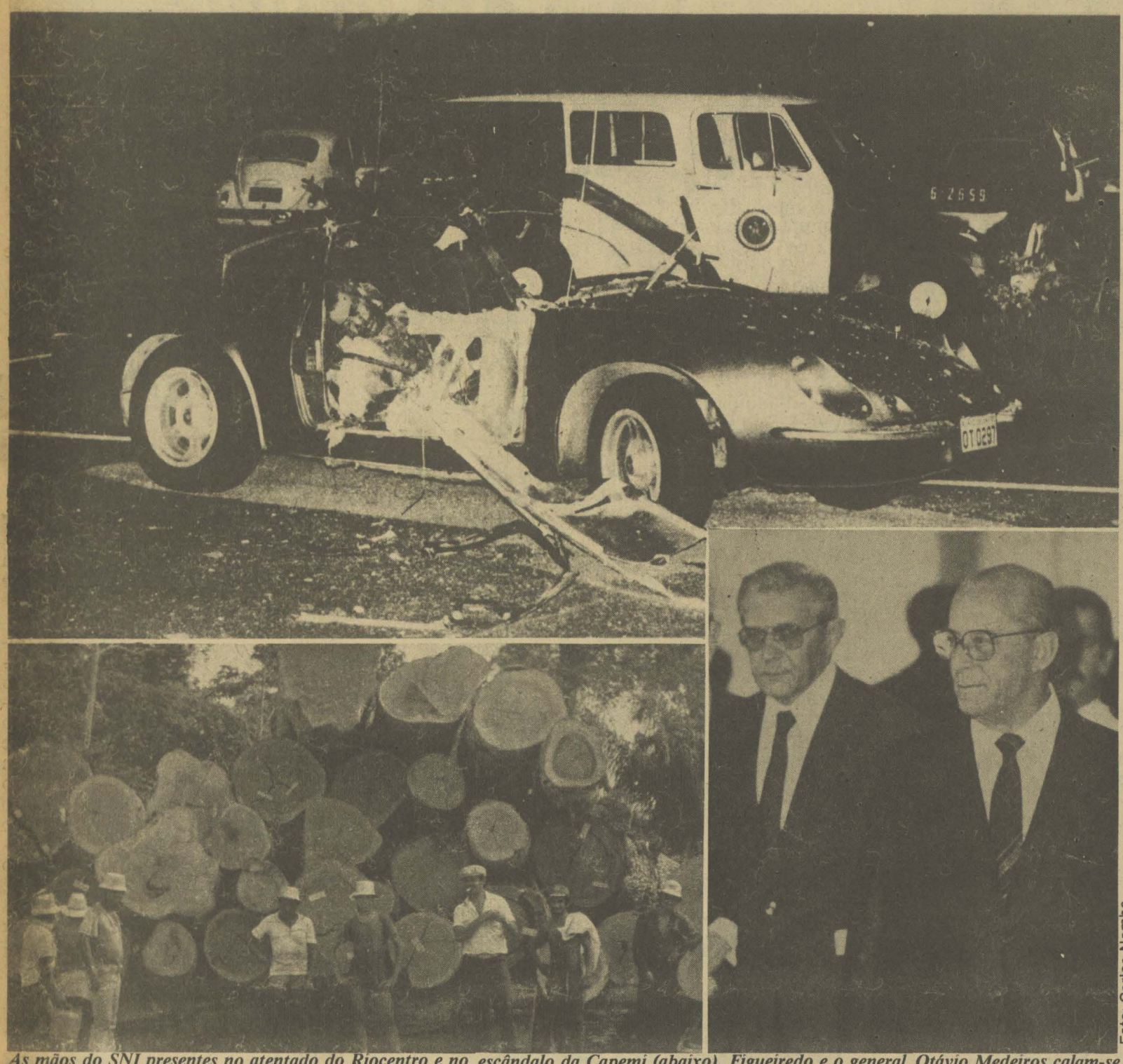


Foto: Carlos Namba

As mãos do SNI presentes no atentado do Riocentro e no escândalo da Capemi (abaixo). Figueiredo e o general Otávio Medeiros calam-se

Tancredo às voltas com a herança sinistra do SNI

Em sua última entrevista, o general Figueiredo confessou que o SNI espionava os ministros de seu próprio governo. A informação veio em um momento que a sociedade discute os destinos que se deve dar a este órgão de informações num regime democrático. Por seu gigantismo e influência no atual governo, o SNI atua como um poder paralelo. Tancredo Neves já prometeu mudá-lo e acabar com seu "caráter policialesco".

O general Figueiredo é um homem que conhece muito bem o Serviço Nacional de Informações (SNI), pois trabalhou nele desde sua criação e, ao ser indicado para o cargo de presidente da República, era seu ministro-chefe. Portanto, durante a entrevista à TV Manchete, com a maior naturalidade afirmou como este órgão espionava sua equipe de governo. "O SNI tinha informação tão precisa que, quando um ministro vinha tratar de um assunto, eu sabia mais do assunto do que ele, fazia uma pergunta que às vezes o desmontava todo..."

Esta declaração mostra a que ponto a chamada "comunidade de informações" interfere na vida da nação. É uma rede que envolve mais de 300 mil pessoas espalhadas por todo o país e no exterior, para bisbilhotar a atuação dos ministros, sindicalistas, políticos, padres, estudantes, empresários, militares, enfim, todos os setores da sociedade. Mesmo em época de crise, nunca faltou dinheiro para suas atividades. Seu orçamento para este ano está em torno de Cr$ 1 trilhão e nem o Legislativo tem como fiscalizar estes gastos.

MÉTODOS MAFIOSOS

Seu poder de fogo é tão grande que dois presidentes da República saíram de seus quadros. E desde 1977 já estava programado para que o general Octávio Medeiros, ministro do SNI, fosse o sucessor de Figueiredo. Mas o escândalo Baumgarten — o general era uma das pessoas diretamente envolvidas no desaparecimento do antigo proprietário da revista *O Cruzeiro*, em 1982 — soterrou suas pretensões.

Com seus tentáculos estendidos por toda a parte, o SNI foi se envolvendo em outras atividades que nada tinham a ver com seus objetivos originais. O jornalista Carlos Chagas, um homem bem informado dos meandros do poder, denunciou no jornal *O Estado de S. Paulo*, em fins do ano passado, os métodos mafiosos utilizados pelo Serviço Nacional de Informações. Chagas afirmava que seus agentes agiam desenvoltamente sem deixar rastros, "seja seqüestrando parlamentares, seja, como em outras capitais, orientando á queima ou depredação de bancas de jornais, livrarias especializadas em publicações de esquerda, ou mesmo, *last but not least*, planejando a explosão de petardos intimidatórios ou a expedição de cartas bombas".

Qualquer pessoa pode ser uma vítima dos serviços de informações e ficar fichada nos seus arquivos. Mesmo uma questão de ordem pessoal pode levar um cidadão a ser "fichado". Há o exemplo de um jornalista que foi denunciado porque demitiu um informante do SNI da redação onde trabalhava.

MÃOS SUJAS DO SNI

Acobertados pela impunidade, membros do SNI se lançaram em diversos casos de falcatruas. Em 1981, o senador goiano Henrique Santillo e seu irmão, o deputado Adhemar Santillo, denunciaram o envolvimento do chefe e do subchefe da agência do SNI em Goiânia em corrupção no Banco do Estado de Goiás (BEG). Comentou-se que o diretor do banco facilitou o empréstimo irregular aos dois agentes para que limpassem a sua ficha no SNI.

O caso de corrupção mais escabroso foi o conhecido "Escândalo Capemi". Com a interferência daquele órgão de informações uma empresa sem nenhuma atividade no ramo madeireiro obteve o direito de desmatar a área que seria inundada pela hidrelétrica de Tucuruí. A Capemi embolsou milhões de cruzeiros de dinheiro público até ir à falência. Vários dos envolvidos eram parentes do general Newton Cruz, à época chefe da agência central do SNI.

Por sinal, durante o atentado do Riocentro, em 1981, verificou-se que o telefonema desmobilizando a tropa da PM que faria a guarda do local partiu do gabinete do general Newton Cruz. Diante de tais fatos, Tancredo Neves já prometeu restringir a ação deste poder monstruoso e reconheceu o seu caráter policialesco e "profundamente vexatório e violentador de nossas tradições democráticas". E ressaltou que pretende colocar o SNI dentro de suas estritas finalidades técnicas, "como órgão de assessoria realmente de informação do governo".

Dr. Gô realiza seu sonho

No dia 13 de junho de 1964, o general Golbery do Couto e Silva viu concretizado seu antigo sonho, ao ser criado pela lei 4.341 o SNI. Era competência daquele órgão "supervisionar e coordenar em todo o território nacional as atividades de informação e contra-informação e, em particular, as que interessam à Segurança Nacional". Antes disso, o seu criador — apelidado *satânico dr. Gô* — havia montado uma grande estrutura particular de espionagem, sob a fachada do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, financiado por empresários, militares e profissionais liberais. Perto de cem mil pessoas estavam fichadas e integrantes do governo Goulart eram vigiados de perto. Com a vitória do golpe, todo este material foi utilizado para montar o SNI.

Com as verbas oficiais jorrando com fartura, aquele organismo se espalhava por todo o país e sua influência crescia na mesma proporção. Com o recrudescimento do terror fascista a "comunidade de informações" inchou e surgiram diversos outros serviços de informações. Uma verdadeira teia de agentes manitinha o regime militar bem informado. Junto com o SNI havia o DSI (responsável pelas informações nos ministérios), ASI (nas autarquias e empresas governamentais), Cenimar, CIE, Cisa, em cada arma, DPF, DEOPS e outras tantas siglas.

Em 1971, foi criada a Escola Nacional de Informações em Brasília, com objetivo de formar "verdadeiros cientistas em informações e contra-informações". Calcula-se que hoje existam dois mil funcionários graduados a serviço do SNI. Um verdadeiro cerco foi feito para espionar os cidadãos. Nas ASI — segundo um documento interno da Escola Superior de Guerra — existiam agentes especializados em "leitura de lábio" para vigiar funcionários em refeitórios. Os DOI-CODI por sua vez se ocuparam de operações violentas, com tortura e até assassinatos de democatas.

"OUVIR E ANOTAR"

Nos quartéis as segundas seções especializaram-se em serviços de informação. Na 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, em São Cristovão, Rio de Janeiro, uma das orientações da II seção era "ouvir e anotar as decisões nas reuniões, nos sindicatos, diretórios, ABI, assembléias etc."

Brasília centraliza todas as informações recebidas do país e exterior. Na agência central estão catalogadas cerca de 300 mil fichas de pessoas. Em cada ficha consta, por exemplo, a resposta ao seguinte item: "Atitude com relação à revolução de 1964. Integrado? Adesista? Contrário? Contra-revolucionário? Sem posição definida? Não há registro? Os registros não permitem opinião conclusiva?"

Foto: Beth Cruz

O satânico dr. Gô, criador do SNI

Procuradora prega golpe no processo contra o PC do B

No dia 29, Carlos Quintão, Alberto dos Santos e Aglaete Nunes foram interrogados na 2ª Auditoria do II Exército, Rio, acusados de "reorganizar o PC do Brasil". O pronunciamento raivoso da procuradora militar, Renée Solange França, deixa claro que o processo se enquadra numa manobra para desestabilizar o governo Tancredo Neves, antes mesmo da posse.

O processo se relaciona com as prisões, violências e tropelias da Polícia Federal no Rio, em 26 de abril do ano passado, logo após a votação da emenda Dante de Oliveira. A denúncia da dra. Renée é tão estapafúrdia e absurda, que os advogados de defesa afirmam nunca ter visto algo tão ridículo — nem mesmo no auge da repressão fascista.

Os três são acusados textualmente de "pontificar, como escopo de suas respectivas missões, a derrubada do governo, para tanto trilhando os parâmetros traçados por esse espúrio partido (o PC do Brasil), segundo os quais lhes competia provocar a eclosão de uma luta do povo, cujo reflexo imediato no âmbito nacional seria uma garra da vitória mundial do comunismo". E mais adiante: "Visaram a um fim comum colimado, o esfacelamento do governo... o que reflete, indubitavelmente, uma intentona comunista, que está sendo, minuciosamente, articulada e desencadeada, em cadência, no Brasil". Só faltou serem acusados de causar a recente onda de enchentes que abala todo o país...

DEFESA DO GOLPISMO

Os verdadeiros interesses por trás da acusação lunática apareceram logo. O advogado de defesa, Marcelo Cerqueira, questionou a competência da Auditoria para levar adiante o interrogatório, já que o processo era eminentemente político, e o governo, que os três eram acusados de querer derrubar, já havia sido derrotado em 15 de janeiro, na votação do Colégio Eleitoral. A dra. Renée perdeu as estribeiras. Espumando de raiva, reconheceu que o processo era de natureza política e ainda afirmou no maior descaramento: "Lamentavelmente, vivemos um momento gravíssimo no Brasil, em que a subversão veio à tona. A Procuradoria Militar vai fazer de tudo para impedir o caos que se instala no nosso país", e defendeu a interferência das Forças Armadas na vida política nacional.

A autora da denúncia fez uma impressionante e assumida profissão de fé golpista em relação ao novo governo civil eleito. Apesar do nervosismo de alguns momentos do interrogatório, ficou-se com a nítida impressão de que o caso pode não chegar a julgamento, tamanha a falta de base legal. Carlos Quintão denunciou todas as arbitrariedades e violências de que foi vítima nas mãos dos agentes da Polícia Federal. Alberto dos Santos manifestou a esperança de que aquele fosse o último processo a ser julgado com base na Lei de Segurança Nacional, o que aumentou a irritação da juiza auditora, que se negou a registrar a declaração.

O próprio clima do interrogatório na Auditoria reflete o novo momento de liberdade e democracia que a nação começa a viver. O nervosismo e a defensiva ficaram por conta da procuradora militar. Entre os acusados, o clima era de tranqüilidade e confiança.

Para o isolamento das posições fascistas da dra. Renée contribuiu muito a presença de um enorme leque de lideranças políticas e populares do Estado na Auditoria. O presidente da Câmara Municipal, Maurício Azedo, e os vereadores do PDT Emir Amed e Antônio Pereira da Silva acompanharam os demorados trabalhos do início ao fim.

Estiveram presentes ainda Carlos Alberto Muniz e Antônio de Carvalho, pela Executiva Regional do PMDB; um representante do vereador Sèrgio Cabral, do PMDB; o dr. Roberto Chabo, presidente do Sindicato dos Médicos; dr. Crescêncio, presidente do Conselho Regional de Medicina; Geraldo, presidente do Sindicato dos Metroviários e membro da Executiva Estadual da CUT; dr. Camargo, presidente do Sindicato dos Advogados; Delcimar Pires, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; da. Nieta Campos da Paz, presidente do Movimento Feminino pela Anistia; Aloísio Ribeiro, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos e representante da Intersindical — RJ; representantes da União Nacional dos Estudantes e de diversas entidades estudantis; representantes da Famerj e de diversas associações de moradores; representantes da União da Juventude Socialista e de diversas entidades sindicais, como Metalúrgicos de Niterói, Economistas, Professores, UNSP e APPD-RJ.

Compareceram tantas pessoas que o auditório lotou e muita gente teve de ficar mesmo na rua. **(da sucursal)**

Foto: César Diniz

Faixa pela legalidade do PC do B na Assembléia Democrática em S.P.

Partido Comunista luta pela legalidade

Com o objetivo de discutir e organizar a luta pela legalização do Partido Comunista do Brasil e de todas as organizações políticas, a Comissão pela Legalidade do PC do B está convocando todos os interessados para uma reunião ampla com todas as correntes de opinião, entidades e partidos políticos. O encontro será na Assembléia Legislativa de São Paulo (situada na av. Pedro Álvares Cabral, 1000 - Ibirapuera), no próximo dia 13 de fevereiro, às 19 horas.

O Partido Comunista do Brasil junto com as forças progressistas contribuiu de forma decidida para a histórica vitória contra o regime militar. Empenhou o melhor de seus quadros, militantes e amigos, numa luta sem tréguas contra a reação, todo tipo de violência contra o povo, a corrupção e o entreguismo. Foi o partido que teve o maior número de mártires pelo fim deste regime fascista.

Entretanto, em seus 63 anos de luta, teve apenas cerca de dois anos de vida legal. O latifúndio, a grande burguesia e o imperialismo fazem o que podem para impedir a organização política da classe operária. Agora, com a posse do governo Tancredo, criam-se condições favoráveis para a conquista deste direito democrático.

A mobilização e a luta do povo e de todas as forças democráticas tiraram do cenário político o regime militar. Urge agora consolidar as conquistas democráticas e avançar na ampliação da liberdade política.

CDM Centro de Documentação e Memória — Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Participação nos lucros?

Num esforço desesperado para sair do gueto em que se meteu com o malsinado combate ao candidato das oposições à Presidência da República, o PT tenta agora uma quixotesca cruzada pela Constituinte — bandeira que por longos anos, até poucas semanas atrás, este partido repudiou. E por falta do que propor de concreto, logo na primeira reunião desta "campanha democrática", no Rio, Lula resolveu resuscitar a velha e desgastada idéia populista e reformista da "participação nos lucros".

HARMONIA DE CLASSES?

Aparentemente é tentador batalhar para que a nova Constituição consagre o direito do trabalhador ficar com uma parte dos lucros que — com o seu trabalho — enriquece o capitalista. Alguns mais desavisados poderiam mesmo imaginar que com esta medida se chegaria ao sonho dourado da conciliação entre o trabalho e o capital. O trabalhador seria metade fornecedor de mais-valia e metade patrão.

É inteiramente correto que os trabalhadores reivindiquem melhores salários. É o meio imediato para resistir à exploração. Mas aos mesmo tempo não podem deixar de ver que a solução deste problema de forma cabal só virá com a eliminação da exploração, com o fim do capitalismo e da propriedade privada sobre os meios de produção: com o socialismo.

A "participação" nos lucros é na verdade uma comissão por produtividade. Pode em certos momentos melhorar os salários. Mas em geral tem sido utilizada como um engodo para promover a harmonia entre patrões e empregados, e para interessar os trabalhadores na recuperação e no crescimento da indústria onde trabalham. O empresário abocanha o lucro — uma vez que é dono das máquinas, das matérias-primas, etc — e "generosamente" concede uma parte deste para ser dividida entre os operários. Uma migalha para cada um, mas que formalmente os transforma em "sócios" do empreendimento.

MAIS-VALIA EXTRA

Com a ilusão de sucesso pessoal na medida em que a empresa cresça — com o conseqüente aumento da fatia do lucro de cada um —, o trabalhador pode ser levado a empenhar-se com todas as forças no progresso de "sua" indústria. Inclusive com pesadas horas extras e outras condições duras de trabalho, sem conflitos trabalhistas... Até que perceba o embuste.

No fundo, com a "boa vontade" dos operários embalados pelo tal "lucro" que receberão, os patrões aceleram o ritmo de trabalho, promovem a racionalização da produção, arrancam taxas de mais-valia muito maiores, depois repartem com os explorados um pedaço deste excedente, a título de participação dos lucros. Com os combativos aplausos de Luís Inácio da Silva.

A Constituinte que interessa aos trabalhadores — e pela qual desde há muito tempo lutam as forças conseqüentes do movimento popular, com a constante oposição do PT — deve registrar as conquistas democráticas alcançadas pela luta das massas e abrir espaço para que os conflitos de classes transcorram num clima de liberdade, sem a ação terrorista das Forças Armadas. Em particular deve assegurar o direito de greve, a autonomia e a independência dos sindicatos, para que os trabalhadores tenham instrumentos de pressão capazes de forçar melhorias de salário.

FALSO APOIO

Os reformistas, os social-democratas — entre eles os petistas, pelo que já se percebe — usarão inclusive um palavreado radical mas tratarão de sabotar as conquistas democráticas — como a Constituinte — e de introduzir mecanismos de colaboração de classes na nova Carta Magna. **(Rogério Lustosa)**

DE OLHO NO LANCE

Ainda a estreiteza

É justo promover uma campanha pela Constituinte. Mas esta batalha é uma continuação da luta democrática que levou ao fim do regime militar e à escolha de um presidente saído da oposição. A vitória foi fruto da ampla unidade, sem discriminar ninguém, contra a ditadura.

Algumas pessoas ainda não perceberam isto e, confundidas pela estreiteza do PT, embarcam numa falsa campanha pela Constituinte, à margem do processo político em curso. A tal ponto que no primeiro ato, em Caxias, só compareceu um punhado de pessoas — em comparação com as centenas de milhares que recentemente foram à praça pública, foi lamentável.

O caso é que para o PT importa fundamentalmente o seu próprio interesse de grupo e, além disto, criar áreas de atrito para desgastar o governo de Tancredo Neves. A aspiração nacional de uma Constituinte livre e soberana está sendo apenas utilizada pelos petistas.

Se o próprio Tancredo pronunciou-se a favor de uma ampla mobilização popular para discutir e elaborar a Constituinte, se os trabalhadores e democratas apóiam decididamente esta bandeira, por que confinar a campanha aos guetos de um só partido ou de uma corrente de opinião? Esta miopia não serve ao povo nem à luta pela Constituinte.

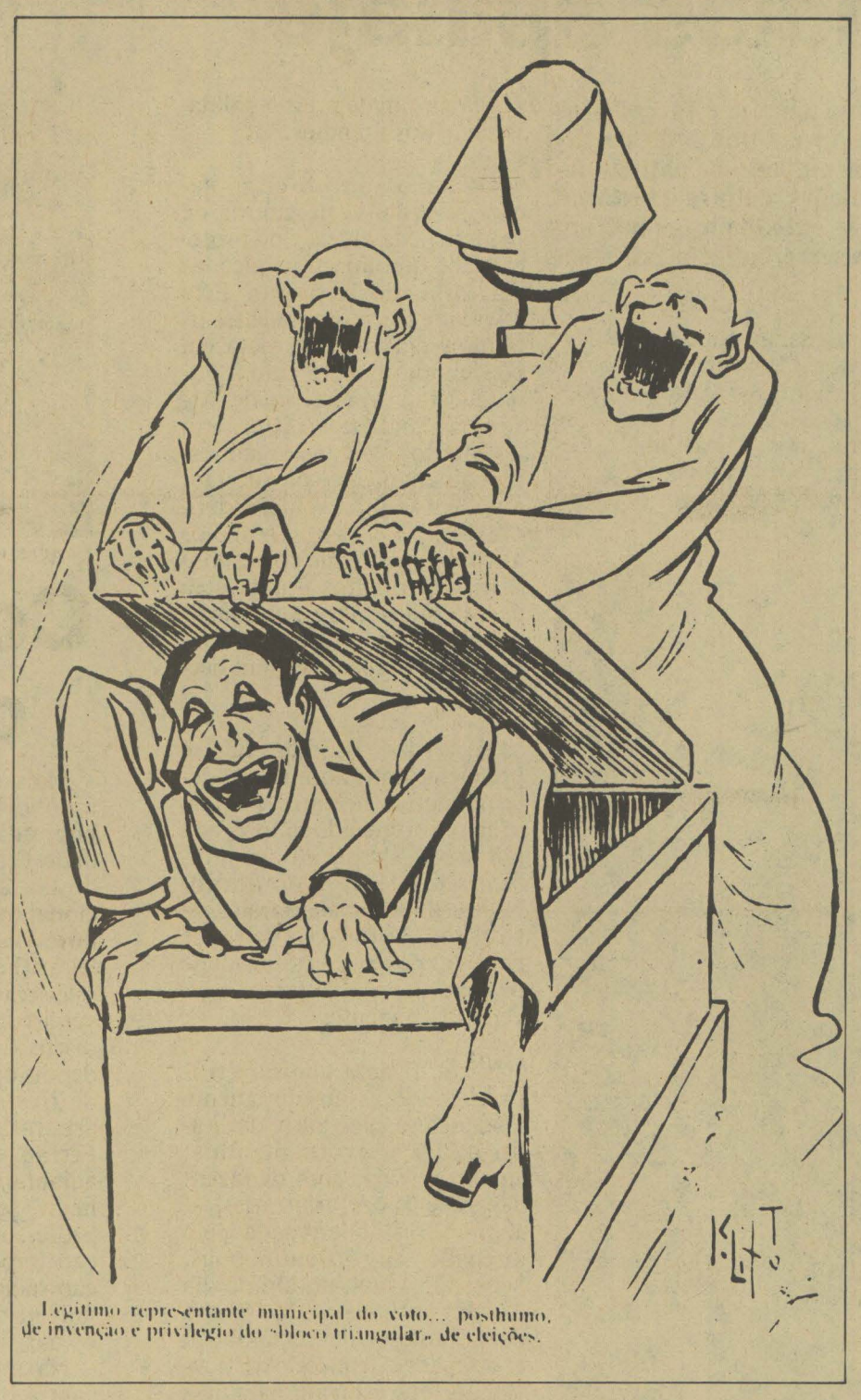
O que o povo quer da Constituinte

O sistema eleitoral herdado da ditadura naturalmente não serve para uma Assembléia Constituinte livre e soberana. Tem de sofrer uma reforma geral. O movimento operário e popular tem seus próprios interesses na mudança, assim como possui objetivos próprios a alcançar em todo o processo constituinte. E nunca é demais frisar a importância desta luta.

Esta importância nem sempre se mostra às claras. Muitas vezes se esconde atrás de questões aparentemente inofensivas, de forma, de data.

Torna-se preciso então desvendar o verdadeiro sentido político e o conteúdo de classe de cada questão. E aí se constata que elas irão decidir, em grande parte, como será essa anunciada Nova República.

Na semana passada examinamos alguns destes pontos: quem vota na Constituinte, em quem e no que vota. Porém há outros pontos decisivos.



Legítimo representante municipal do voto... posthumo, de invenção e privilegio do "bloco triangular" de eleições.

Como votar?

Sistema atual foi feito para reduzir o peso dos operários

Um sem-número de deformações do processo eleitoral vigente precisa ir para o lixo até a Constituinte. São artifícios e casuísmos que falsificam a vontade das urnas e prejudicam especialmente os centros industriais e operários, onde está o eleitorado mais avançado.

Os vícios começam pela representação das unidades da Federação na Câmara dos Deputados. Ao basear-se no número de habitantes e não de eleitores de cada Estado, ela já desfavorece os centros operários. Mas não é só. A lei fixa um mínimo de oito e um máximo de 60 deputados por Estado. E essa camisa-de-força faz um eleitor do Acre, por exemplo, valer por 15 eleitores de São Paulo. E o eleitorado do Distrito Federal não tem representação própria. O mapa abaixo ilustra estas deformações.

Num parlamento qualquer elas já são inaceitáveis. Mas numa Constituinte a aberração é maior, já que estarão em debate as grandes questões de toda a nação, e não as de cada Estado.

A correção no caso poderia vir com medidas na linha de definir as bancadas pelo número de eleitores, reduzir a representação mínima e eliminar o limite máximo por Estado, garantir a participação do Distrito Federal. Com isto não se daria um privilégio aos centros industriais. Apenas se acabaria com a discriminação antioperária, obedecendo ao princípio democratico de que nenhum eleitor vale mais que os outros.

Outra tarefa preparatória da Constituinte é acabar com o sistema distrital misto, enfiado na Constituição por Figueiredo. O sistema da eleição deve ser o proporcional, sempre usado no Brasil (no qual os candidatos são votados em todo o Estado e cada partido elege os mais votados, na proporção dos votos que a legenda recebeu). O sistema distrital (onde os Estados são divididos em distritos eleitorais, os candidatos concorrem num só distrito e só é eleito o mais votado) limitaria o debate constituinte aos problemas locais; e impediria a representação das forças com base eleitoral não concentrada.

Será necessária também uma ofensiva em larga escala contra a fraude eleitoral, sobretudo nas zonas rurais onde impera o latifúndio, com seus "currais eleitorais". A solução é o recadastramento do eleitorado.

O último recadastramento feito no Brasil foi nos idos de 1958. E cortou mais de 3 milhões de votantes fantasmas, defuntos e similares. Desde então, novas gerações de fantasmas têm comparecido regularmente às urnas, sobretudo nos grotões interioranos. Em 1982, no município de Lagedão, sertão baiano, havia 4.360 eleitores para 4.378 habitantes!

Combater a fraude significa também abrir os "currais" e cortar os "cabrestos" que amarram o eleitor interiorano. Estas práticas seculares, típicas da política latifundiária, incham a força eleitoral dos setores mais retrógrados. Devido a elas este país desde 1964 não tem um só deputado camponês. É claro, não basta uma lei para quebrar os "currais". Mas a luta contra eles deve dar um salto até a Constituinte.

Quando votar?

É preciso dar um tempo para varrer o lixo da ditadura

Setores políticos periféricos lançaram há pouco a tese da Constituinte em 15 de novembro de 1985, um ano antes do proposto pela grande maioria das oposições. Lula, do PT, e Brizola, do PDT, advogam a idéia.

A tese não resiste a um simples confronto com a folhinha. Para haver votação em novembro próximo, três meses de campanha eleitoral e outros tantos paras convenções partidárias que escolherão os candidatos, sobrariam dois meses (de 15 de março a 15 de maio) para "o resto". É evidente que não daria para a convocação da Constituinte, a limpeza preliminar na Constituição e nas leis autoritárias, a reforma partidária, o saneamento do sistema eleitoral, o recadastramento do eleitorado...

A tese da Constituinte em 85 só tem sentido para quem queira manter ao máximo as regras e a correlação política de hoje, o chamado **status quo**, ainda empestado pelo fedor da ditadura. Só pode agradar a quem deseje um debate meramente formal, sem mobilização, nem organização, nem educação política das grandes massas. É, portanto, uma tese conservadora.

Não, senhores. O movimento popular precisa de cada um dos 610 dias que vão da posse de Tancredo a novembro de 1986. Para alcançar as metas que enumeramos e recuperar o atraso que a ditadura lhe causou.

Há duas décadas o movimento popular foi represado à força. É certo que travou lutas titânicas. Sobre muitos aspectos é hoje maior, mais maduro e consciente que há 21 anos. Já não padece de uma hegemonia reformista assentada como antes. Mas em certos aspectos a ditadura o atrofiou.

A organização operária e popular, em especial, precisa dar um salto para ombrear com as necessidades e possibilidades atuais. São sindicatos oprimidos pela tutela ministerial. São organizações partidárias contidas pela ilegalidade. É a ditadura ainda intocada e sufocante dentro das fábricas impedindo as Comissões de trabalhadores. É a débil estrutura das entidades nos locais de trabalho, de moradia e de estudo.

Tudo isto tem que mudar. E vai mudar. No debate constituinte, no combate ao FMI e ao cativeiro da dívida externa, na luta do povo por medidas de emergência é possível uma mudança acelerada, vertiginosa mesmo, desde que haja ousadia e competência. Ainda assim, 12 meses a mais só poderão beneficiar uma maior presença popular na Constituinte.

Cria-se também lastimável confusão quanto à conveniência de uma Assembléia apenas constituinte ou um "Congresso com poderes constituintes".

Ora, "Congresso com poderes constituintes" é o atual — que tem a faculdade de mudar a Constituição. O que teremos em 1986 será uma Constituinte na acepção integral do termo, eleita para fazer uma nova Constituição. Somente ela terá atribuições **mais amplas** e **não apenas** constituintes, acumulando as funções legislativas ordinárias. Será uma "Constituinte com poderes congressuais", solução adequada à transição em curso, em que o fim do regime não interrompeu a vida do Legislativo.

Resta nesta área o problema dos senadores eleitos em 1982, com mandato até 1990. Evidentemente este mandato não os autoriza a tomar assento na Constituinte. Mais ainda porque foram eleitos sob o antigo regime, num pleito em que houve grossa corrupção (não é, sr. Roberto Campos?).

Uma solução possível seria que eles concluíssem seus mandatos legislativos mas sem direito a voto na Constituinte, a não ser que se candidatassem e fossem eleitos em 1986.

Para que votar?

Constituinte não faz milagre mas serve para povo aprender

Em linhas resumidas, interessa ao povo um processo constituinte tão amplo, profundo, consciente e livre quanto for possível.

Assim, não interessa, por exemplo, a proposta já aventada de Tancredo Neves escolher uma comissão de juristas para fazer um anteprojeto da Constituição. Uma comissão dessas, mesmo composta por gente ilustre e bem intencionada, seria um cerceamento descabido a orientar o rumo do debate, uma intromissão do Executivo. Afinal, foi o próprio dr. Tancredo que ressaltou no discurso da vitória: "A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos".

Apenas a Assembléia, uma vez eleita, terá poder legítimo para escolher entre seus membros a comissão encarregada do anteprojeto.

Porém, se tivermos uma Constituinte livre e soberana mesmo, quais serão seus limites? Em tese, pela teoria jurídica formal, não há; a Constituinte pode decidir qualquer coisa. Mas na prática a teoria é outra.

Uma Constituição é uma lei; magna, mas lei. Portanto reflete necessariamente a base econômica e a correlação entre as classes sociais existentes. Seus limites são os da nossa sociedade concreta, capitalista, dependente, sufocada pelo latifúndio e por uma precoce monopolização.

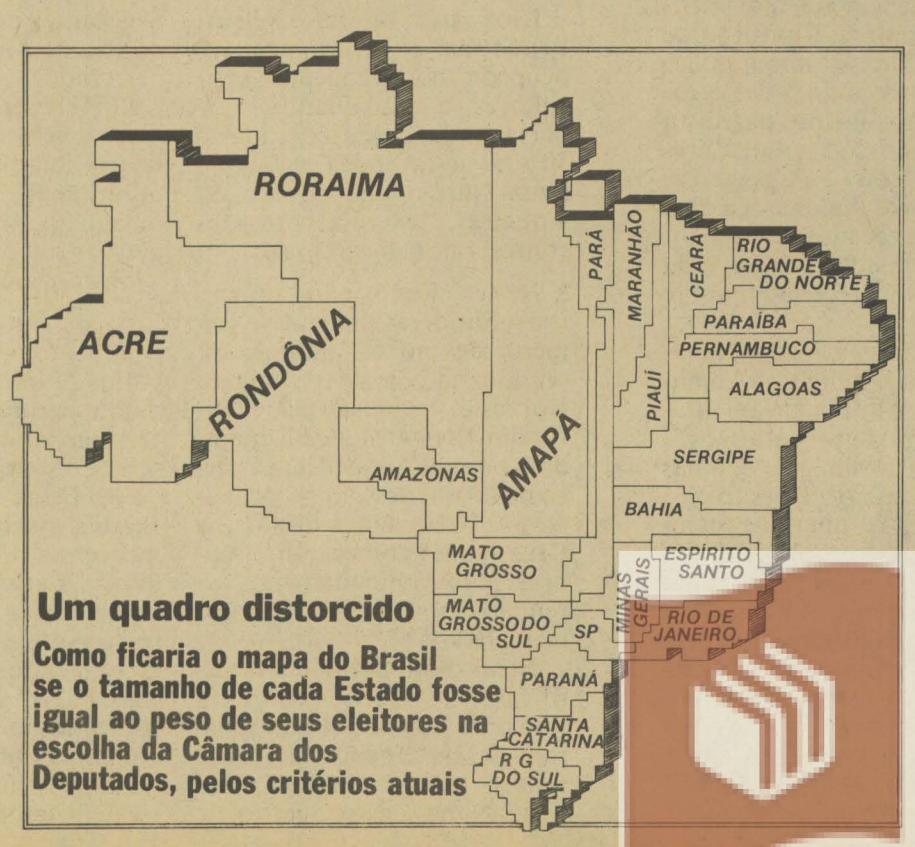
É claro que o povo não se conforma com tais limites e que estão maduras as condições históricas para rompê-los. Acontece que uma ruptura desta ordem exige mais que leis novas. Reclama um deslocamento das classes que detêm o poder político, uma transformação revolucionária na superestrutura e na base da sociedade, a conquista de uma democracia popular em marcha para o socialismo. E isto coloca para o movimento operário e popular uma dupla tarefa no debate constituinte.

Ele lutará por uma Constituição que seja a mais democrática e favorável ao povo. Batalhará para jogar a pá de cal definitiva no cadáver da ditadura e prevenir futuros golpes militares; pelas liberdades e direitos dos cidadãos e por salvaguardas que os defendam dos abusos do Estado; pela reestruturação democrática dos poderes da República, podando o predomínio do Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário; pela livre organização nos sindicatos e locais de trabalho; por dispositivos que contenham os abusos do latifúndio, dos monopólios e especialmente do capital imperialista que viola nossa soberania.

Tudo isso tem valor inquestionável. Alivia os padecimentos do povo e deixa que ele lute em condições muito melhores por seus direitos e interesses. Mas o movimento operário e popular pode e deve ir mais adiante no debate, colocando em pauta as transformações de fundo que a crise brasileira reclama. Seria rematada cretinice reformista discutir apenas o que seja passível de figurar na Constituição de 1987.

O debate popular inevitavelmente propugnará com força medidas que vão além das fronteiras da Constituinte. Reside aí um de seus maiores méritos. O povo terá uma ocasião de ouro para ver que a Constituinte não fará milagres nem resolverá seus problemas de fundo. Localizará melhor que problemas são estes e como solucioná-los. Abrirá caminho, assim, para sua luta já antiga por um novo poder, de caráter popular.

Podemos dizer assim que a Constituinte tem um duplo e inestimável valor para os trabalhadores: vale por aquilo que irá resolver; e vale igualmente por aquilo que deixará sem solução. **(Bernardo Joffily)**



Um quadro distorcido

Como ficaria o mapa do Brasil se o tamanho de cada Estado fosse igual ao peso de seus eleitores na escolha da Câmara dos Deputados, pelos critérios atuais

ERRATA

No número passado, na última linha da segunda coluna da matéria sobre a Constituinte, onde se lia "em 1929 e dois anos entre 1945/57", leia-se entre 1945/47.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Conflito de terra com índios apinajé

Um conflito armado entre índios apinajé e fazendeiros do município de Tacantinópolis esteve a ponto de ser deflagrado nesta última semana. Por um lado os nativos defendem a preservação de suas tradições, cultura e história, da terra, para viverem em paz. De outro lado os latifundiários cobiçam avançar sobre a reserva indígena, cujo solo é o mais fértil da região.

Os ânimos estão acirrados porque os fazendeiros pretendem impedir o trabalho de demarcação das terras indígenas e para isto espalharam grupos armados pela região — alegam que estão defendendo suas propriedades contra possíveis invasões! Em função disto, representantes de doze nações indígenas, entre eles o cacique Raoni, dos txucarramãe, Celestino, dos xavantes e Cuyuci, dos suyá, deslocaram-se para a reserva a fim de prestar solidariedade aos apinajés.

Os índios das diversas nações revezam-se na guarda de segurança da aldeia e na proteção dos que fazem as picadas em torno do território. Esta atividade foi suspensa entre os últimos dias 26 e 31 data em que, numa reunião com a Funai, Getat, Ministério de Assuntos Fundiários, Ministério do Interior e alguns órgãos estaduais envolvidos na questão, esperava-se uma solução definitiva para o caso. Os índios afirmam que o que corresponde a seus direitos é uma área de 148 mil hectares, enquanto os fazendeiros pretendem confiná-los em apenas 85 mil hectares.

Na verdade os índios não se prendem tanto ao número determinado de hectares, pois esta não é a medida empregada por eles. Os critérios que utilizam são a localização dos túmulos de seus ancestrais, de vestígios históricos deixados pelo seu povo, e a necessidade de espaço para andarem e viverem livremente.

Nesta disputa tem-se verificado condutas absolutamente tendenciosas por parte das autoridades governamentais, comprometidas com os fazendeiros, e ações arbitrárias — como a prisão efetuada pelo delegado de Tocantinópolis, Sebastião Lima, no último dia 23, dos jornalistas da "Folha de S. Paulo" e de "O Globo", e do padre francês Aristides Camio, que estavam na aldeia São José. Além disto, a Polícia Militar colocou barreiras para impedir que outras nações reforcem o apoio aos apinajés. E o sr. José Freire, Secretário de Segurança Pública de Goiás — segundo o próprio presidente da Funai, Nelson Marabuto —, está insuflando os proprietários de terra contra a população indígena.

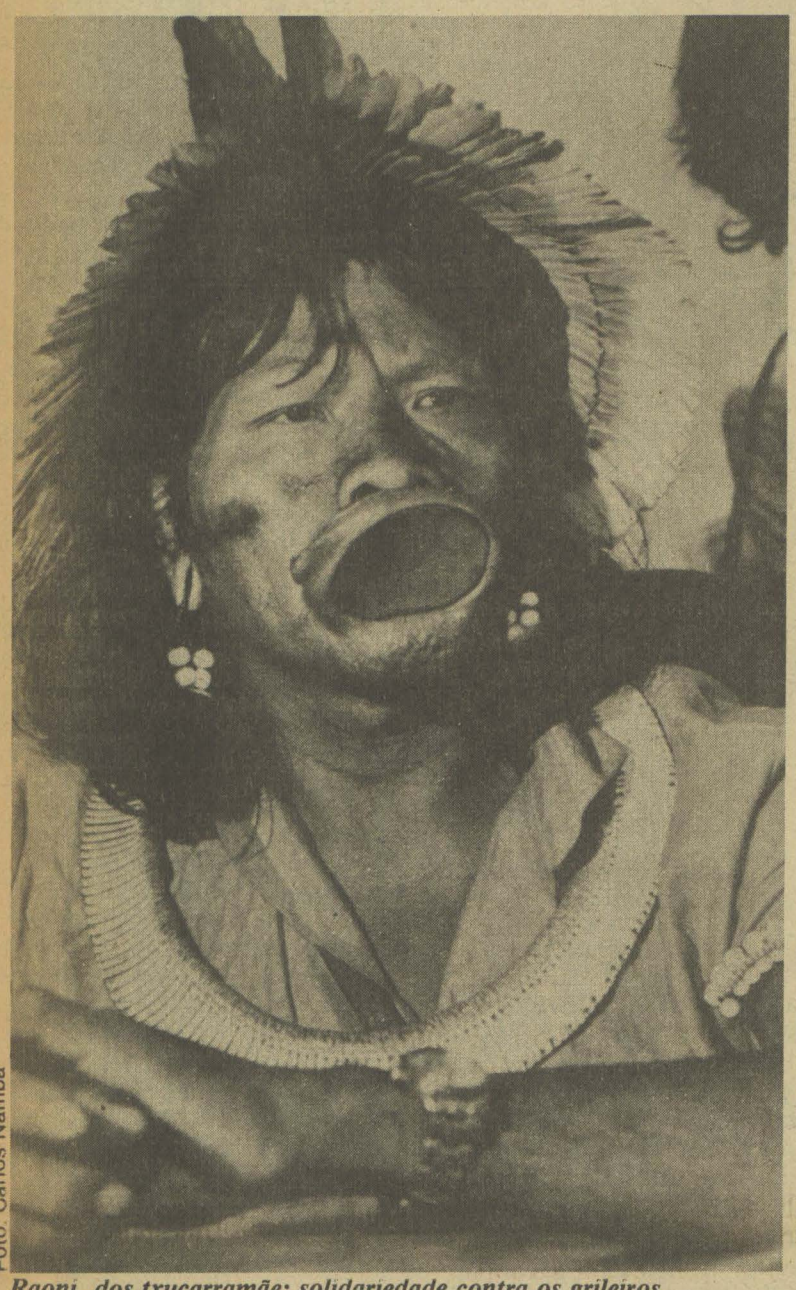


Foto: Carlos Namba

Raoni, dos txucarramãe: solidariedade contra os grileiros

(Francico Messias — Goiás)

Congresso dos servidores dá continuidade à mobilização de rua

Congresso da Fasubra em defesa da Universidade

Mais de 600 delegados de todo o país lotaram o salão nobre da reitoria da Universidade Federal da Bahia, abrindo dia 29 o II Congresso Nacional da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra). O Congresso, que será encerrado dia 2 de fevereiro, abre uma nova fase de discussões para os servidores, depois da paralisação vitoriosa de três dias contra a decisão arbitrária da ministra Esther Ferraz em não conceder o adiantamento de 20% em janeiro, somente recebido pelos professores. Outra reivindicação importante é a equiparação salarial dos servidores das universidades autárquicas com os das fundações.

Na mesa de abertura estavam a presidente da Fasubra, Vânia Galvão; o presidente da UNE, Renildo Calheiros; o presidente da Associação dos Professores Universitários da Bahia, Joviniano Neto; o reitor da UFBa, Germano Tabacof; o presidente do DCE-UFBa Ita Brandão; e o vice-presidente-Nordeste da Associação Nacional dos Médicos Residentes, Alfredo Boa Sorte.

Foto: Manoel Porto

Vânia: contra o arbítrio

O presidente da UNE, Renildo Calheiros, ressaltou a crise em que se encontra a Universidade e a importância da união entre as três entidades que compõem a comunicade universitária. Destacou também a necessidade do engajamento de todos na campanha pela Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, para que ela reflita as transformações que são exigidas pelo povo brasileiro.

Vânia Galvão, presidente da Fasubra, denunciou que a Universidade brasileira tornou-se "um amontoado de prédios, uma entidade superada pela realidade do país". Lembrou que, em relação à Educação, os dirigentes do governo não cumprem nem a lei que fizeram. Salientou que foi das contradições dentro do autoritarismo, do centralismo, que surgiu o movimento reivindicatório dos funcionários. "A repressão nos preparou para a não-aceitação do arbítrio", disse ela.

O retor Germano Tabacof, por seu lado, afirmou que o presidente eleito, Tancredo Neves, reconheceu em seus pronunciamentos que a Educação é um direito de todos e dever do Estado. Analisando o quadro funcional das universidades, o reitor defendeu o abandono das gratificações "para que se definam salários dignos para todas as profissões dentro da Universidade". E foi muito aplaudido quando alertou que a legislação atual sobre a Universidade impede que haja mudanças neste quadro, defendendo novas leis para a comunidade universitária.

(da sucursal)

Perseguição política

A Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pernambuco, Asufepe, denunciou na abertura do II Congresso da Fasubra a demissão de 70 funcionários pela reitoria daquela Universidade. Alegando que iria fazer uma "limpeza dos afilhados" que não possuíam vínculo com a universidade e foram contratados por "apadrinhamento", o reitor da UFPe demitiu servidores que prestavam serviço há vários anos.

A Asufepe aponta que os motivos das demissões foram, entre outros, o fato de a reitoria se preocupar mais em testar o grau de subserviência dos servidores e das próprias chefias, ao exigir, inclusive, que o "bom funcionário" seja "extremamente leal e sempre discreto" (item 9 do Formulário de Avaliação — Ética Funcional), e a continuação de novas contratações, sem concurso e com avaliações apressadas.

O movimento contra as demissões manteve-se por mais de um mês. As entidades nacionais e estaduais de estudantes, professores e funcionários apoiaram a luta.

No Congresso da Fasubra, a Asufepe proporá a elaboração de um documento destinado ao presidente Tancredo Neves e ao futuro ministro da Educação sobre as demissões, destacando que a longo prazo a luta tem por objetivo a reestruturação da universidade.

Vigilantes em greve a partir de segunda-feira

Nesta segunda-feira os vigilantes de São Paulo entram em greve. Eles exigem piso salarial de Cr$ 750 mil, 110% do INPC, 40 horas de trabalho semanal, adicional de risco de vida de 30%, seguro equivalente a 50 vezes o último salário recebido, mudança da data-base para 1º de maio, estabilidade de um ano, pagamento dos dias parados.

A paralisação, segundo o presidente da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de São Paulo (APEESV-SP), Josilmar Lucas de França, é o único meio viável para fazer frente à intransigência dos empresários — que têm recorrido a diversas artimanhas a fim de não atender às reivindicações da categoria.

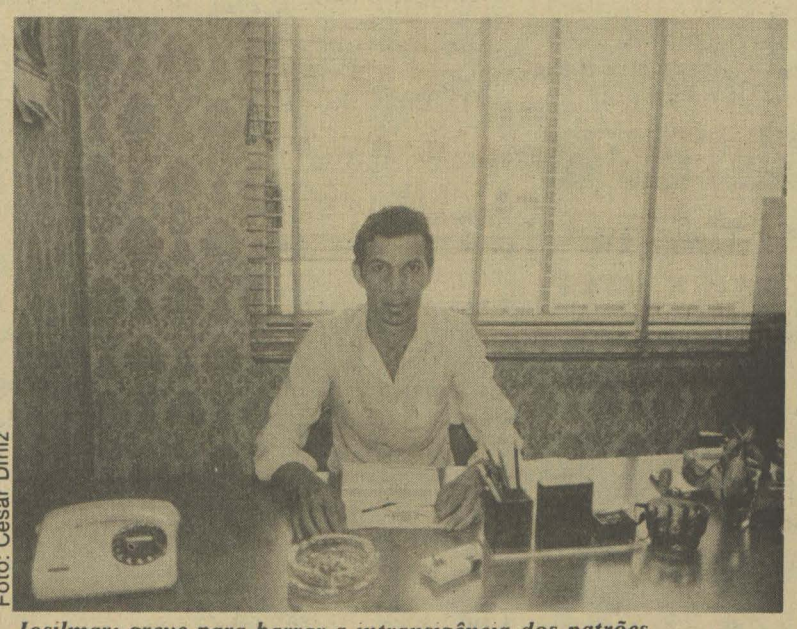


Foto: César Diniz

Josilmar: greve para barrar a intransigência dos patrões

MANOBRAS PATRONAIS

Entre os ardis usados pelos patrões, figura em primeiro lugar o não reconhecimento de Associação Profissional dos Vigilantes como entidade representativa da categoria. Eles preferem negociar com o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e Empresas de Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (também conhecido, mais brevemente, como o Sindicato do ***Etc)***.

Desde sua fundação, em 1949 — há 36 anos — esta entidade é presidida por Álvaro Fagundes, "um pelego de marca maior", na expressão dos vigilantes. Comprovado traidor dos interesses dos trabalhadores, nas duas primeiras greves realizadas pela categoria (em 1979 e 1983), negou-se inclusive a assinar o acordo acertado com os patrões e chegou a ameaçar chamar a Polícia Federal para reprimir os grevistas.

Daí a preferência dos empresários pela entidade dirigida por Álvaro Fagundes, que legalmente *representa* nada menos que 21 categorias e, muito embora engrosse seus cofres com o imposto sindical dos vigilantes, esses não podem sequer sindicalizar-se.

O prestativo pelego já foi procurado pelos patrões. Em reunião ocorrida na DRT dia 23, eles sugeriram que o senhor Fagundes encaminhasse o dissídio ao Tribunal Regional do Trabalho, ao mesmo tempo em que se negaram a discutir a pauta de reivindicações apresentada pela Associação — decidida em uma assembléia da categoria realizada no dia 14 de dezembro.

"VAMOS PARA O PAU"

"Os vigilantes vão entrar em greve segunda-feira, dia 4, porque nós não queremos esperar a decisão do Tribunal, sempre desfavorável aos trabalhadores", argumentou o presidente da Associação, Josilmar Lucas. "Se não dá para resolver a questão na conversa, nós vamos para o pau."

Com chantagens e ameaças, os empresários estão pressionando os vigilantes para que não participem do movimento. Entretanto a disposição de luta é grande. As mobilizações que têm precedido a deflagração do movimento paredista têm contado com grande presença (na Zona Sul, na terça-feira numa reunião para a qual foram convocados 15 vigilantes do Comando de Greve da região, compareceram mais de 30).

Às 20 horas de segunda haverá uma assembléia na Câmara Municipal para encaminhar "os últimos preparativos", conforme Josilmar. Algumas empresas, como a Pires (com 5 mil vigilantes, uma das maiores), que já reconhecem oficialmente a Associação como entidade representativa da categoria, ofereceram um piso de Cr$ 670 mil e dispõem-se a negociar. A categoria é composta por mais de 60 mil trabalhadores em todo o Estado e possui um piso salarial em torno de Cr$ 207 mil.

Posseiros de Niterói exigem demarcação de seus terrenos

No último dia 27, realizou-se em Niterói uma manifestação de moradores da região de Pendotiba e Piratininga que lutam pela posse da terra onde moram. Cerca de 800 posseiros, a maioria há mais de 20 anos no local, participaram do ato, organizado pela Federação das Associações de Moradores de Niterói — Famnit — e que contou com a presença de representantes da Comissão de Assuntos Fundiários, ligada à Secretaria de Justiça do Estado.

Uma área de rara beleza, Pendotiba e Piratininga foi ocupada por pequenos agricultores e trabalhadores de baixa renda, desde a década de 30. Já nesta época a família Cruz Nunes, que possuía 50 alqueires, exercia pressões contra a população local.

Nestes últimos anos aumentou consideravelmente o número de novos moradores, sendo uma boa parte vinda do Nordeste, expulsa pelo latifúndio. Nesta situação, quando a população já alcança cerca de 30 mil pessoas — posseiros —, os herdeiros da família Cruz Nunes começaram a cobrar indiscriminadamente arrendamentos pelos terrenos ocupados.

Além desta cobrança injustificável, os grileiros contrataram o serviço de marginais para espancar e expulsar os moradores. O advogado Edésio Cruz Nunes, ex-secretário de Segurança do antigo Estado do Rio de Janeiro e candidato derrotado a deputado federal pelo PTB em 1982, junto com seus parentes, criou diversas firmas imobiliárias que, além de grilarem as terras, venderam os mesmos terrenos para pessoas diferentes, e chegaram a lotear a lagoa de Piratininga.

PROTELAÇÃO ABSURDA

Em 27 de outubro de 1984, diante de uma vigorosa manifestação de protesto dos posseiros, os secretários da Justiça e da Habitação do governo Brizola assumiram o compromisso de realizar uma ação discriminatória que num prazo de 60 dias legalizaria os lotes e entregaria os títulos de propriedade aos posseiros. Mas passados 90 dias, os representantes da Comissão de Assuntos Fundiários do governo afirmaram que problemas técnicos impediram o início da ação discriminatória.

Durante a manifestação de domingo, dia 27, realizada debaixo de uma chuva insistente, os moradores demonstraram vivamente o seu descontentamento e exigiram, mais uma vez, soluções urgentes para o problema.

O diretor da Associação de Moradores do Bairro Maceió, Valmir Garcia, afirmou energicamente que o povo queria a terra e não discutir problemas técnicos. Mostrou que o governo assumiu o compromisso e tem o dever de resolver a questão o mais rápido possível.

Outro posseiro, Enoc de Oliveira, da Associação do Mar Alegre, Jacaré, Cafuba e Moreno, denunciou que os grileiros inclusive atentaram contra a sua vida em dezembro último. Enoc levou um tiro, foi internado no Hospital Antônio Pedro, onde foi submetido a duas cirurgias e teve o braço retirado.

A reunião marcou outra manifestação para 28 de abril próximo. Nesta data, se a ação discriminatória não tiver sido encaminhada, os posseiros acamparão no Palácio do Governo estadual até receberem os títulos.

(Marcos Nogueira — Rio)

CDM

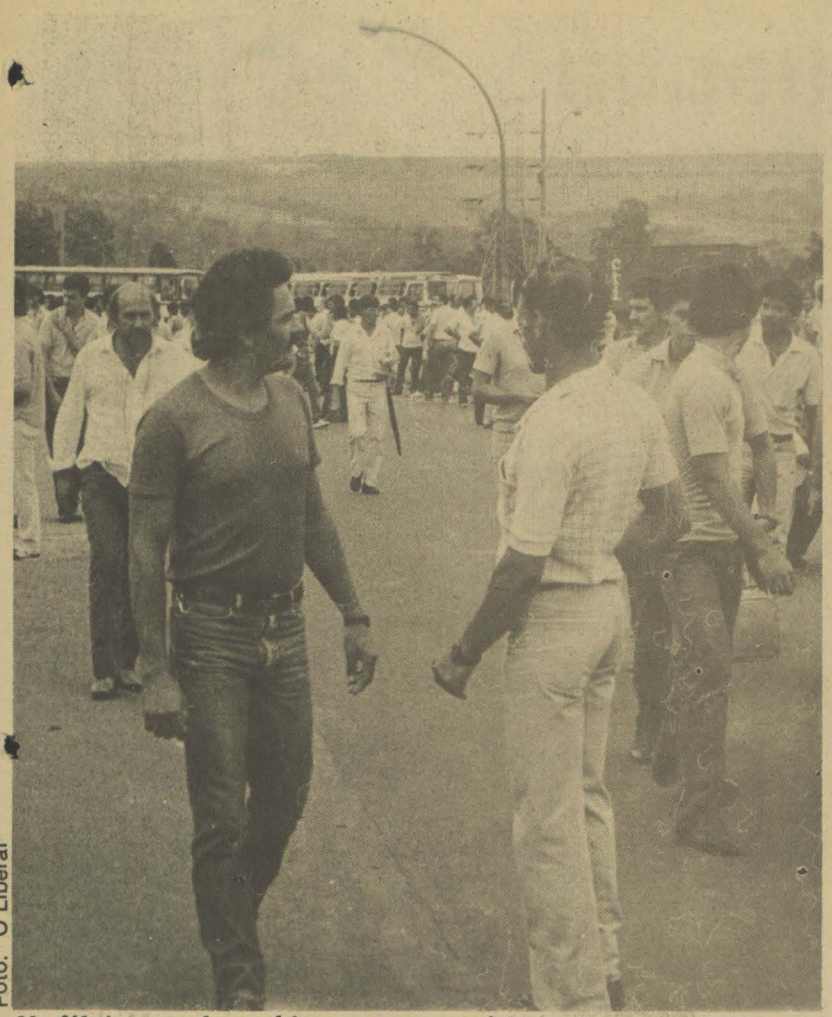


Foto: "O Liberal"

Na fábrica parada, a altiva resposta operária à provocação do gerente

Greve na Goodyear de Americana: um batismo de fogo

Os 1.500 operários da Goodyear de Americana, Interior de São Paulo, encerraram vitoriosamente, segunda-feira, dia 28, a primeira greve dos 13 anos da fábrica e quatro de existência do Sindicato dos Borracheiros. É verdade que a multinacional americana fincou pé em não ceder a reivindicação principal dos grevistas — reajuste de 100% do INPC. Mas teve de fazer várias concessões: 100% do INPC para todos os operários, 30% de antecipação em maio, adicional de 40%, e não 25%, para as horas-extras, não-punição dos grevistas e outras.

GERENTE ENGOLE DESAFORO

A greve representou também uma imensa vitória moral da unidade operária sobre a arrogância da empresa. Às vésperas da paralisação, diante da mobilização iniciada pelo Sindicato, o gerente da fábrica chegou a comentar, em tom desaforado: "Vocês não vão fazer greve de jeito nenhum, porque aqui só tem cortador de cana e vai ter gente subindo pela grade para trabalhar". Na noite de quinta para sexta-feira, porém, o gerente teve de engolir o desaforo, pois a fábrica parou mesmo.

Outro ponto positivo destacado pelos operários é que cresceu bastante a organização sindical dentro da empresa, que concentra a grande maioria dos borracheiros de Americana. O Sindicato, que teve seu batismo de fogo, saiu mais forte e prestigiado.

Um ponto negativo foi a forma espontânea e mal discutida com que se decidiu a volta ao trabalho, na assembléia de segunda-feira, deixando parte da categoria perplexa ou descontente. Ficou a lição sobre a necessidade de ter respostas bem definidas, unificadas e fundamentadas em cada momento da luta, para ter maiores vitórias. **(do correspondente)**

Sindicato de Bebidas põe pelego para fora

Mais uma vitória na renovação do sindicalismo baiano: a Chapa 2, de oposição, encabeçada por Manoel Queiroz, venceu a eleição para a diretoria do Sindicato de Bebidas de Salvador e municípios vizinhos, com 6 mil trabalhadores na base. O resultado do pleito, realizado dia 25, foi confirmado pela Justiça já que o quórum mínimo não foi atingido. Dos 1.400 sindicalizados votaram apenas 765, sendo 323 para a situação apelegada e 442 para a oposição.

O resultado foi comemorado com festa pelos meios sindicais baianos, pois significa mais uma expressiva vitória sobre os pelegos que se encastelaram em muitos sindicatos de trabalhadores nos anos de ditadura militar. No caso do Sindicato de Bebidas, o peleguismo durava há 22 anos. Nos últimos tempos, porém, um acelerado movimento derruba-pelego, bastante desenvolvido na Bahia, vem saneando as entidades dos trabalhadores.

O novo presidente do Sindicato de Bebidas, Manoel Queiroz, declarou à **Tribuna Operária** que a primeira luta de sua gestão será desencadear uma ampla campanha de sindicalização para respaldar as reivindicações da categoria. Entre estas estão a conquista do piso salarial, melhores condições de trabalho, adicional de periculosidade, jornada semanal de 40 horas e assistência médica gratuita, entre outros direitos que a direção anterior do Sindicato nunca defendeu. **(da sucursal)**

Vitoriosa greve na Metal Fil

Os 700 operários da Metal Fil paralisaram o trabalho no dia 29, exigindo estabilidade no emprego, salário-insalubridade, comissão de fábrica, 20% de aumento real e registro na carteira anotando-se, inclusive, a qualificação. No final do dia o patrão concedeu 10% de aumento real e 7% para quem ganha até dois salários-mínimos. Os trabalhadores consideraram o movimento vitorioso, pois conseguiram também que a comissão de fábrica tivesse estabilidade.

O destaque da greve foi para a combatividade das mulheres que são maioria na fábrica. Elas fazem o mesmo trabalho que os homens e mostraram uma grande firmeza na luta pelos seus interesses. A greve iniciou-se às sete horas da manhã numa assembléia dentro da fábrica e não foi necessário organizar piquetes porque os trabalhadores estavam bem organizados.

A Metal Fil é uma recordista em acidentes de trabalho e existem vários companheiros acidentados que não receberam indenização.

(José Tarcísio de Oliveira - Santo Amaro, SP).

Bancários retomam Sindicato após 18 meses de intervenção

Após 18 meses sob intervenção do governo dos generais, o Sindicato dos Bancários de São Paulo retorna às mãos da categoria: de 4 a 8 de fevereiro realizam-se as eleições para a nova diretoria da entidade e encerra-se o reinado da junta interventora. Dos 150 mil bancários da base sindical, cerca de 45 mil estão em condições de votar neste pleito.

O Sindicato dos Bancários paulista sofreu intervenção federal, com a cassação da diretoria, no dia 21 de julho de 1983 — data da histórica greve geral nacional contra os decretos de arrocho do regime militar. Um dia antes, a Polícia Federal invadiu a sede sindical e prendeu sete diretores da entidade e o jornalista responsável pela Folha Bancária. Todos foram enquadrados na Lei de Greve (4.330/64), com penas previstas de um a quatro anos de prisão, num processo que se estende até hoje.

No mesmo mês de julho, o Ministério do Trabalho interveio em outros quatro sindicatos, sendo que foi na entidade dos bancários que a interferência governamental durou mais tempo. Na avaliação da diretoria cassada, isto se deve a vários fatores. O primeiro é que o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, é um banqueiro.

Negócio lucrativo para os banqueiros

Para Macedo, como representante dos poderosos banqueiros, interessava enfraquecer o sindicato que representa 150 mil bancários, responsáveis pelo funcionamento do maior centro bancário-financeiro do país (existem 700 mil bancários em todo o país, representados por 131 sindicatos). Num debate no Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho, em novembro passado, os banqueiros deixaram claro seu intento de prolongar a intervenção para dificultar a luta dos trabalhadores. Certo banqueiro chegou a revelar que um dos maiores defensores da intervenção era o ministro Delfim Netto, homem de confiança de Amador Aguiar, presidente do todo-poderoso Grupo Bradesco.

E não é para menos este interesse dos patrões. Para eles, a intervenção foi um negócio altamente lucrativo, que facilitou inúmeros abusos contra os bancários. Seu resultado nefasto se fez notar logo na primeira campanha salarial, em setembro de 1983. Os patrões redobraram sua intransigência e o acordo firmado foi o pior dos últimos anos.

Nestes 18 meses a maioria dos bancos se aproveitou para desrespeitar o horário de atendimento ao público nas agências — antes o Sindicato dificultava o aumento da jornada de trabalho, promovendo constantes "operações fecha-banco". Houve bancos que tiraram proveito da ausência do Sindicato para obrigar os funcionários a trabalhar nos fins de semana e no horário noturno — o campeão desta irregularidade foi o Bradesco.

Durante todo este período a entidade sindical ficou paralisada. Os interventores sequer permitiram assembléias na sede sindical. Cerca de um mês após a intervenção, em 18 de agosto, os bancários tentaram realizar uma assembléia no seu Centro Sindical, mas o prédio foi cercado por forte aparato policial. Para recompensar esta enorme ajuda prestada, os banqueiros promoveram três interventores a diretores de bancos!

A diretoria cassada, os ativistas sindicais e a categoria não ficaram passivos diante desta situação. Apesar de a luta pela retomada da entidade ter sido tímida, foram feitas algumas vigílias no Sindicato e pressões sobre a junta interventora. Para manter acesa a luta dos bancários foi criado o Fundo de Resistência, com coletas voluntárias de contribuições. Com isto foi possível imprimir as edições diárias do boletim Folha Bancária, com uma tiragem média de 35 mil exemplares.

Bancários mantêm acesa sua luta

Já na campanha salarial de setembro de 1984 a mobilização da categoria foi maior, impedindo que os patrões impusessem reajustes abaixo do INPC. Houve passeatas pelo centro da capital, utilização de fitas de protesto nos braços e uma paralisação de uma hora em várias agências bancárias. Fruto desta pressão, os banqueiros recuaram, concedendo reajustes com base no INPC integral para todas as faixas.

Também na luta dos funcionários do Banco do Brasil a categoria demonstrou grande disposição de luta. No dia 30 de novembro passado, os bancários do BB paralisaram suas atividades por uma hora, num protesto nacional contra o arrocho; e, no dia 7 de dezembro, houve a greve de 24 horas. Um dia depois o Tribunal Superior do Trabalho cedia 100% do INPC para todos os funcionários.

A retomada do Sindicato é indispensável para a categoria continuar as lutas contra as mil e uma formas de exploração. Sem dúvida o maior problema enfrentado é o baixo nível salarial. O piso é de apenas Cr$ 280 mil e mais de 64% dos bancários paulistas recebem menos que três salários-mínimos por mês. Há também o grave problema da rotatividade. Para não pagar o anuênio, os banqueiros demitem os velhos funcionários e contratam novos com menor remuneração. A jornada de trabalho, fixada por lei em seis horas diárias, é desrespeitada pela maioria dos bancos.

Recordista em doenças nervosas

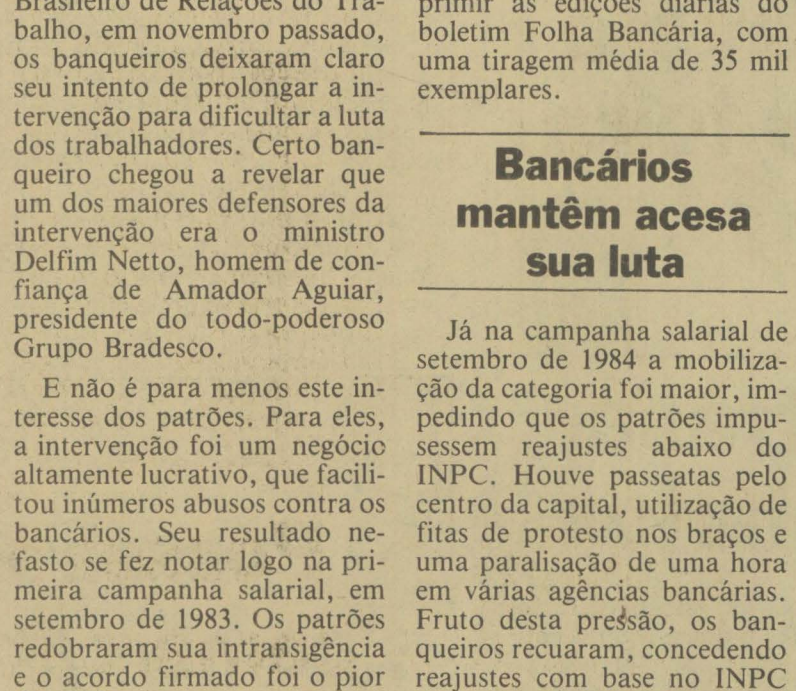
A baixa remuneração, o ritmo intenso, as humilhantes relações no serviço (com chefias autoritárias e um serviço rotineiro), aliados aos péssimos locais de trabalho, fazem da categoria uma das recordistas em doenças orgânicas e nervosas. O Dieese constatou que 61% dos bancários do Estado de São Paulo necessitaram de assistência médica entre 1977 e 1978, sendo que na capital o índice foi de 68%.

O Sindicato encontra grande dificuldade na ação sindical para se contrapor a esta exploração. E grande a dispersão da categoria: são mais de 2 mil locais de trabalho na capital e, em média, há apenas 50 funcionários por agência. Existe também uma grande hierarquia nos bancos, que os banqueiros impõem para dividir a categoria. Segundo levantamento, para cada quatro funcionários há em média um chefe — na maioria são cargos de confiança dos diretores das agências. Estes fatores dificultam a organização nos locais de trabalho, que ainda é débil — com exceção dos estabelecimentos estatais, onde há maior democracia interna.

Além disto é grande a repressão patronal. De acordo com informações coletadas pelo Sindicato, os maiores bancos recebem semanalmente boletins da Polícia Federal sobre atividades sindicais; também é comum a utilização de membros das Forças Armadas na direção do esquema repressivo aos bancários.

Não é para menos que a categoria comemora a reconquista do Sindicato, que possui uma poderosa máquina. Só no ano passado a entidade contou com Cr$ 2,5 bilhões de Imposto Sindical, sem falar da contribuição assistencial e das mensalidades dos sindicalizados. Para a ação sindical, a entidade conta com um respeitável serviço de comunicação: além da Folha Bancária diária, são impressos 10 jornais de banco, um jornal mensal e uma revista de debates. Possui também 12 locais de encontros dos bancários, entre eles oito subsedes. Durante o período da intervenção federal esta máquina esteve parada. Agora, com a eleição de uma diretoria comprometida com as lutas, ela será colocada em funcionamento para barrar a exploração patronal. **(Altamiro Borges)**.

Foto: Raul Júnior



Na luta salarial de 84, os bancários saíram em passeata contra o arrocho

Foto: Raul Júnior

Uma chapa de unidade, apesar das discriminações petistas

Chapa de resistência

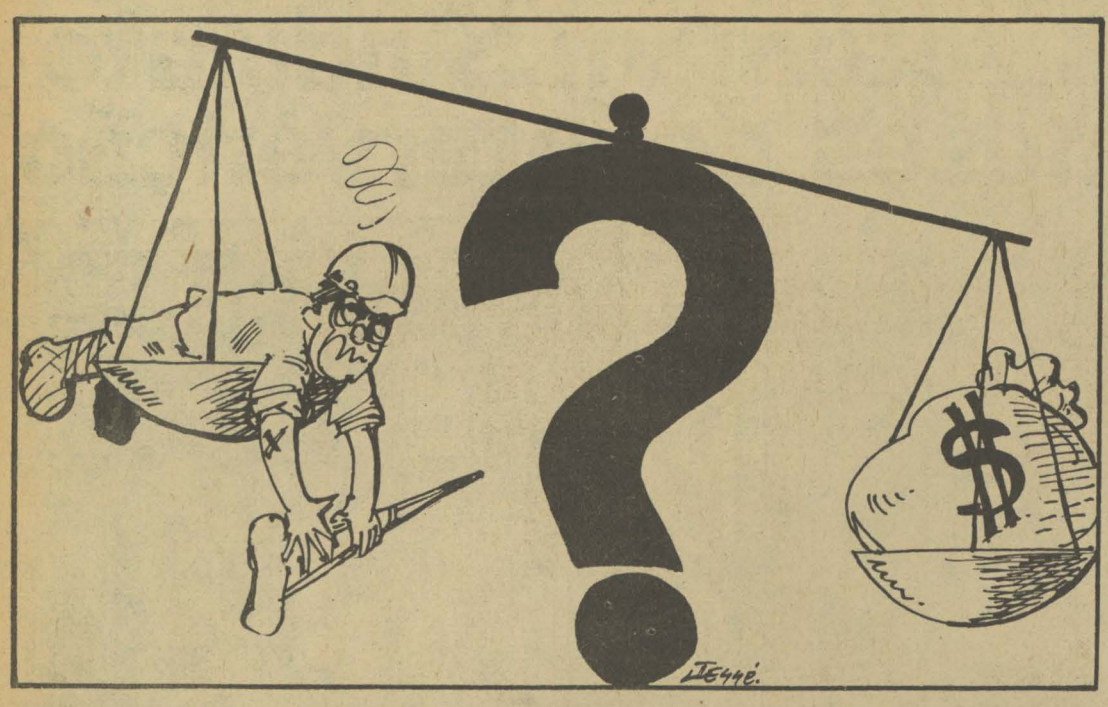
Apenas uma chapa participará do pleito sindical dos bancários na próxima semana: a **Resistência**, que conta com o apoio da diretoria cassada e de todos os ativistas que lutaram contra a intervenção. Apesar de apoiar e fazer campanha para a chapa única, as correntes sindicais mais conseqüentes fazem críticas ao processo de sua formação e ao programa.

A escolha dos membros da chapa foi feita a partir de 30 pré-convenções por banco, que reuniram 1.050 bancários, e da convenção geral, em 26 de dezembro, com 550 participantes. Neste percurso ocorreram inúmeras distorções e manobras, fruto da visão sectária e exclusivista de membros da diretoria cassada, alinhados ao PT e à CUT. Demonstração disto ocorreu na pré-convenção dos funcionários dos bancos estrangeiros. Nela foi eleito um ativista que não reza a cartilha cutista; para impedir seu ingresso na chapa, os petistas desrespeitaram a vontade das bases e impuseram um outro nome. Outro exemplo: os petistas mais sectários tentaram até a última hora impedir a presença na chapa do sindicalista Ederaldo Oliveira, que foi o mais votado na pré-convenção das financeiras. Chegaram inclusive a defender que os financiários não tivessem representante na chapa, sendo que no setor trabalham cerca de 10 mil bancários. No final, tiveram de engolir a participação de Ederaldo.

Esta visão sectária também predominou na elaboração do programa. No que se refere à sucessão presidencial, o programa afirma que Tancredo Neves foi eleito unicamente devido à "aliança dos militares, banqueiros, latifundiários e industriais". Com esta miopia petista, deixa de falar dos milhões de trabalhadores brasileiros que foram às ruas apoiar o candidato único das oposições e o fim do regime militar. Já ao falar da greve geral de 21 de julho, afirma que "a CUT foi uma das principais entidades organizadoras". Puro engodo: em julho de 83 a central petista nem estava criada e a paralisação foi convocada de forma unitária pelo movimento sindical — e aí reside a razão de seu êxito.

Apesar destes problemas, que serão objeto de debates durante a gestão, esta é a chapa de unidade que se alcançou para derrotar a intervenção.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Flupeme põe em risco vida do trabalhador

O presidente da Flupeme, entidade das pequenas e médias empresas do Rio de Janeiro, acaba de iniciar um imenso processo de desmoralização das normas de segurança e medicina do trabalho, duramente conquistadas pela massa trabalhadora, e hoje constantes da CLT.

Numa série de artigos publicados num jornal carioca, o sr. Guarino chega ao cúmulo de frisar que "o importante é o salário", ou seja, pagando pode-se matar à vontade os trabalhadores por intoxicações, incêndios, explosões, contaminações e acidentes diversos, alegando serem desnecessárias normas no Ministério do Trabalho contidas na CLT que obrigam a empresa a ter local para refeições.

O mais novo defensor da expropriação da saúde e da vida do trabalhador também conseguiu convencer um articulista do *Jornal do Comércio* a iniciar insidiosa campanha contra as normas de segurança e medicina do trabalho, consideradas "desnecessárias". Partindo da desmoralização e do achincalhe, o presidente da Flupeme quer que as pequenas e médias empresas sejam desobrigadas de cumprir as normas contidas na Portaria 3.214/78, que asseguram até mesmo o direito ao sindicato de requerer "embargo ou interdição" do local de trabalho que ponha em perigo a vida dos trabalhadores.

Mesmo num processo de exploração do homem pelo homem luta-se para que as leis obriguem o fornecimento de equipamentos de segurança e proteção no ambiente de trabalho. Mas na visão do representante do capitalismo nada mais fácil do que deixar de lado tais obrigações e aumentar o lucro.

Para Guarino, o trabalhador deve talvez comer nas calçadas, nos banheiros ou nos pátios, "pois ele não está preocupado com isso". Na realidade ele quer arrancar as conquistas dos trabalhadores que a cada ano contribuem com milhares de doentes e mutilados, fruto da inconseqüência e da exploração do capital.

A propósito, a campanha começou logo após a indicação do novo presidente, deixando antever que tem como finalidade conseguir que o novo ministro do Trabalho revogue todo o sistema de proteção ao trabalhador. **(leitor da TO — Rio de Janeiro, RJ)**

Canto a Guariba

Despertaste de repente
despertaste de assalto
e tão resultamente
ergueste o punho tão alto
que até nos longínqüos planaltos
os brutos de sobressalto
coléricos rangeram os dentes

Guariba dos canaviais
de homens amordaçados
rotos, vilipendiados
como se fossem animais

Teus homens, tuas mulheres
teus velhos, tuas crianças
enchendo as praças, guerreiros
contendores da esperança
num clamor de desespero
mostraram que o amor verdadeiro
a gente constrói no terreiro
na luta, no samba ou na dança

Guariba dos bóias-frias
da justa ira proclamada
ainda que tardia

Tu sabias? sabiamente
que nenhum sono é para sempre
nenhuma prisão dura tanto
que entorpeça em nossas mentes
a ânsia de liberdade
justiça, pão, igualdade
que hão de trilhar o céu dos homens
por toda a eternidade.

(metroviário de São Paulo, SP)

Operários paulistas se solidarizam com lavradores em luta

O deputado operário Aurélio Peres tem uma vida de lutas em defesa da classe operária, preocupado com a participação da classe operária e dos trabalhadores na Constituinte que será convocada pelo recém-eleito presidente da República, Tancredo Neves, e que é uma das maiores aspirações do povo brasileiro.

Ele vem se reunindo quinzenalmente com uma média de 90 pessoas, na maioria operários e lideranças de entidades populares, para discutir a participação popular na Constituinte.

Essas reuniões têm mostrado que os operários, trabalhadores e líderes populares apóiam o presidente Tancredo Neves; que o presidente eleito deve se comprometer com as mais amplas liberdades políticas, inclusive com a legalização de todos os partidos políticos; traçar uma política econômica voltada para os interesses dos operários e de todo o povo brasileiro.

Nessas reuniões os operários e líderes populares vêm fazendo veementes repúdios às ações criminosas da polícia contra trabalhadores do campo em Guariba, pedindo ao governador do Estado que puna os culpados não apenas com 10 dias de detenção mas que os expulse, e para que não se repitam esses arbítrios contra a manifestação dos trabalhadores. **(J.T.O. — São Paulo, SP)**

fala o POVO

No Rio de Janeiro, uma entidade que defende os interesses das ditas pequenas e médias empresas põe em risco a vida do trabalhador. Segundo representantes da mesma, nem sequer o refeitório na empresa é uma questão importante, já que o trabalhador "só quer receber o seu salário".

Mas engana-se quem acredita nessas afirmações. A própria carta que ora divulgamos é um exemplo de que os trabalhadores querem trabalhar com segurança e dignidade. Não estão dispostos a correr risco de vida ou mutilações graves apenas para receber. Inclusive porque os salários são baixos e não compensariam o sacrifício.

Como bem diz a carta, a legislação trabalhista, mesmo limitada, foi uma conquista dos trabalhadores, obtida com muito suor e esforço. Resta exigir que ela seja cumprida, principalmente agora que se inaugura uma nova etapa na vida brasileira, com o fim do regime militar. (Olívia Rangel)

Secundaristas saem ás ruas por mais vagas nas escolas

Cerca de 300 estudantes secundaristas saíram às ruas na cidade de Guanambi, na Bahia, na luta por mais vagas nas escolas públicas.

Após uma semana de mobilização intensa, quando foi entregue à Prefeitura Municipal um documento reivindicando mais vagas nas escolas do Estado, o movimento encerrou-se plenamente vitorioso.

"Garantimos as vagas para todos os colegas que assinaram o documento — comenta Jair dos Santos, um dos líderes do movimento. Mas — acrescenta — deverá ficar muita gente fora da escola, principalmente devido à desativação de um pavilhão no Colégio Estadual Luís Viana que comportava 800 estudantes."

Segundo Jair, "vale a pena ressaltar que o estudante para se matricular no Colégio João Durval (que garantiu vagas) é obrigado a entregar, no ato da matrícula, uma resma de papel e duas matrizes". Finalizando, Jair considera que "a situação está exigindo um nível de organização e de luta entre os estudantes muito maior, para garantir no governo Tancredo Neves uma reforma no ensino de modo a dar a todo o povo acesso a uma escola pública e gratuita voltada para os interesses populares". **(do correspondente em Guanambi, Bahia)**

Banylsa volta a atrasar pagamento de salários

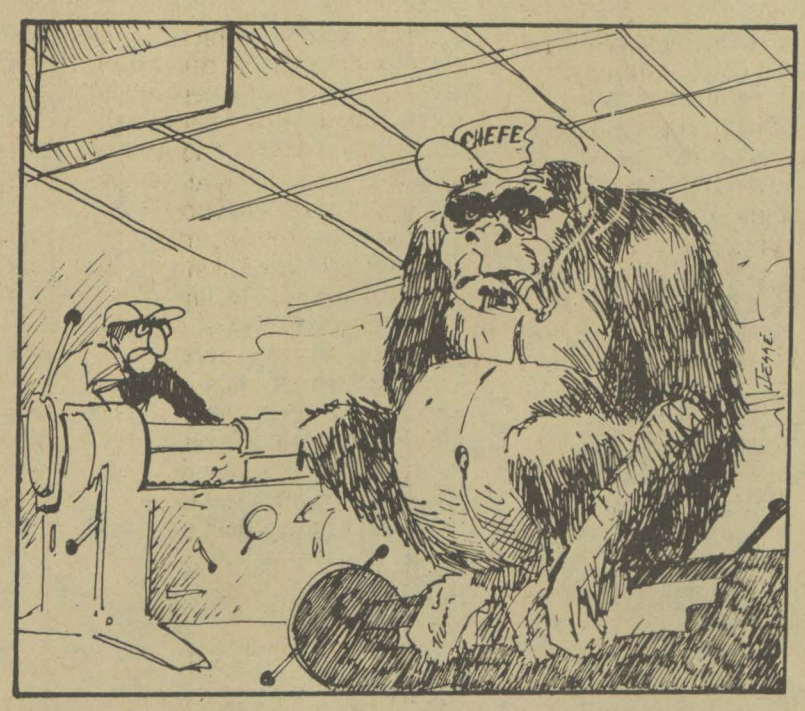
A Banylsa — Tecelagem do Brasil S/A, empresa têxtil situada no Centro Industrial de Aratu, em Salvador, vem explorando brutalmente os seus 400 funcionários, através do atraso do pagamento de salários, e do não pagamento da antecipação salarial prometida nas negociações do acordo coletivo, que inclusive foi atendida pelas demais empresas têxteis, mesmo as pequenas.

Não é a primeira vez que a Banylsa pratica irregularidades deste tipo. Inclusive recentemente foi multada pela Delegacia Regional do Trabalho por atrasar os salários. Em 1983, os operários, depois de empreenderem muitas formas de protestos, foram obrigados a entrar em greve para que ela pagasse em dia. A partir daí houve uma certa pontualidade, o que não aconteceu nos últimos meses. Até o 13º salário, que a lei determina que seja pago até o dia 20 de dezembro, a empresa atrasou e só pagou sob pressão dos operários.

No dia 9 deste mês os operários começaram a intensificar a mobilização com a realização de assembléias massivas, o que resultou no pagamento no dia certo e na abertura do diálogo entre a empresa e o Sindicato a fim de negociar a antecipação salarial de 25%.

No dia 16, na negociação, os patrões, apesar de reconhecerem que a empresa está melhorando financeiramente, se negaram a pagar a antecipação. E cinicamente propuseram avaliar em junho se podem atender a reivindicação.

Consideramos a proposta absurda, provocativa e manobrista. Por outro lado, tal proposta deixa clara a intenção dos patrões de esfriar a mobilização com o fato de estar havendo "negociação". Porém o Sinditêxtil decidiu levar a luta adiante e conquistar a atencipação na raça e no peito. A mobilização na fábrica continua e poderá sair greve. **(Maria Elizete de Souza, secretária-geral do Sinditêxtil — Bahia)**



Construtora Bandeira, rica em irregularidades

Pela primeira vez estou escrevendo para este importante órgão da imprensa popular, a fim de que chegue ao conhecimento da opinião pública o desrespeito com que as construtoras do Maranhão tratam seus operários.

Refiro-me especialmente à Construtora Bandeira, que é rica em irregularidades. Trabalhei um ano na referida firma, ao fim do qual ela resolveu dar baixa em minha carteira. Mas, quando eu compareci ao escritório, eles não quiseram pagar os benefícios a que tenho direito. Dessa forma não recebi férias, décimo terceiro, aviso prévio e até o salário família que há dois meses não era pago.

Procurei o sr. Aparício, irmão do proprietário, e lhe comuniquei que se eu não recebesse iria recorrer à Justiça do Trabalho. Para espanto meu, ele disse-me que poderia procurar mas não resolveria nada pois o Dr. Carlos César Bandeira, proprietário da firma, outras vezes teria sido denunciado e sempre conseguiu se livrar. E até parece ser verdade, pois já está com mais de um ano a denúncia e ainda não foi resolvida.

Espero que as autoridades da Justiça do Trabalho realmente cumpram suas obrigações e punam os infratores. **(J.R.S. — São Luís, Maranhão)**

Médico da UFMa parece curandeiro

Sou funcionário da Universidade Federal do Maranhão e venho denunciar as arbitrariedades cometidas aqui por seu serviço médico.

A UFMa já é famosa pelo autoritarismo de seu reitor Cabral Marques, que conseguiu manter um sistema repressivo que se estende por todos os cargos de administração (vale salientar que ele é malufista).

Agora, no serviço de saúde, a UFMa tem um médico chamado Celso Ibiapina, que só serve para cortar as licenças de que os funcionários necessitam. Se um funcionário adoece, tem que ir lá no mesmo dia pois senão leva falta, e ele só faz ver se a pessoa precisa ou não de licença (de acordo com o critério dele que é sempre contra a saúde do funcionário). Como médico, ele não sabe agir, pois o funcionário pode estar morrendo que ele não sabe atender.

Mas se a pessoa procura um médico antes e depois vai lá, leva falta e fica assim mesmo. Mas temos esperança de que um dia se conquiste mais liberdade e deixem de existir esses aprendizes de curandeiros, capatazes de patrão. **(funcionário da UFMa — Maranhão)**

Parabéns ao povo brasileiro pela vitória do dia 15

Hoje, quarta-feira, dia 16 de janeiro, envio felicitações a todos os companheiros da **TO** que com coragem e afinco lutam enfrentando a reação da ditadura militar fascista.

Saúdo também todos os companheiros deste valoroso Brasil que com tanto sacrifício enfrentaram os esbirros do terror. Juntos lutaremos até o fim da jornada.

Meus parabéns a todo o povo brasileiro pela vitória do dia 15 do corrente, com a escolha de Tancredo Neves, que deverá marcar o primeiro passo para uma democracia no Brasil. **(V.G. — Guarani, São Paulo)**

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Foto Flávio Amaral

Santo Amaro em 1935 e em 1985

Fotos mostram as mudanças ocorridas em Santo Amaro

Foi inaugurada dia 25, no Teatro Paulo Eiró, a "Exposição de Fotografias Comparativas de Santo Amaro". "Não se trata de uma exposição com objetivos comerciais e nem de mostrar talentos fotográficos", conta Flávio Amaral, um dos fotógrafos da exposição.

"São fotos documentárias da ruas de Santo Amaro, que estão expostas paralelas às fotos feitas no início do século, registrando as transformações ocorridas no bairro. A organização do evento foi feita por trabalhadores de Santo Amaro, indicados por entidades (cinco participantes são metalúrgicos)", diz Flávio.

A Secretaria Municipal de Cultura é a coordenadora do projeto, que tem apoio do Museu Lasar Segall. Há planos de futura exposição para mostrar as fábricas por dentro, a partir da visão dos operários.

A exposição consta de 90 fotos em preto e branco, de 45 "pontos" — o mesmo local antes, e hoje. Depois de Santo Amaro, essa atividade se estenderá por outras 16 regionais, através do Movimento Militão Augusto de Azevedo (nome de um fotógrafo paulistano que documentou sistematicamente a capital paulista no final do século passado e começo deste).

Poetas negros lançam o livro "Ébano" em Salvador

A arte popular vem crescendo com força na Bahia, e como exemplo deste crescimento foi lançado no dia 10 de janeiro, no auditório do Centro Comunitário do Bairro Nordeste de Amaralina, em Salvador, o livro de poesias **Ébano,** de autoria de três poetas negros e populares, moradores do bairro: Nivaldino Félix, Crispiniano Pio e Evanildo Lacerda.

O lançamento contou com a presença de muitas lideranças populares e moradores.

O livro foi editado pela Editora Maria Quitéria, sendo dedicado pelos poetas "a todos os negros sofridos e oprimidos do mundo, especialmente os irmãos da África do Sul, que são constantemente assassinados pelos racistas mais cruéis do mundo".

O livro pode ser adquirido na sucursal da **Tribuna Operária** de Salvador e na Sociedade de Moradores do Nordeste de Amaralina, rua Gilberto Maltez, 61, CEP 40.000.

(Carlos Olímpio Carvalho)

Homenagem a um guerrilheiro

No livro destaca-se, entre outros poemas, a poesia "Homenagem a um Guerrilheiro", de Nivaldino Félix, na qual se reverencia a memória de Osvaldão, guerrilheiro negro que tombou lutando contra a ditadura militar nas selvas do Araguaia:

"Deslizando, como uma puma
Na mata verde do Araguaia,
O filho do povo em busca
da liberdade
O negro Osvaldão,
Assim como os seus
antepassados,
Não foi passivo à
escravidão
Osvaldão, meu
companheiro, sua luta
Deu semente e brotou
Seus irmãos negros lhe
homenageiam
Por sua luta, por seu valor
Guerreiro forte e
destemido
Queria o povo unido,
Para acabar com a
exploração
Tu és o símbolo da
guerrilha,
És o estandarte da
libertação"

União da Juventude Socialista prepara atividades esportivas

"A escola não dá orientação física, não leva em conta os problemas específicos de cada pessoa." A afirmação é do Coordenador de Esporte e Lazer da União da Juventude Socialista, Elísio Macambira.

Elísio é instrutor de educação física da Academia Força e Saúde, em São Paulo, e destaca que "90% das pessoas que vão à Academia reclamam da falta de uma orientação própria na escola. Geralmente seus problemas ou debilidades físicas não são levados em conta na escolha dos exercícios, na indicação do esporte a ser praticado pelo aluno".

Carlos, programador de produção e universitário, é um dos que reclama das aulas de educação física na escola: "Geralmente o que a gente faz é jogar bola, e pronto. Não há informação ou conscientização sobre o esporte". A mesma queixa tem o comerciário Luiz: "Eu tenho problema de coluna. Mas na escola, a única coisa que fazemos de educação física é correr na quadra e, depois, jogar bola. Então o jeito é procurar uma academia. Mas mesmo isso é difícil, porque tem que ser pago".

Visando atuar nessa área, Elísio Macambira pretende agilizar as atividades esportivas na União da Juventude Socialista: "Já no I Congresso Nacional da UJS, de 6 a 10 de fevereiro em Curitiba, nós vamos realizar torneio de futebol de campo e de salão — este, masculino e feminino —, jogos de vôlei, natação, corrida, e ainda faremos demonstração de halterofilismo e o campeão brasileiro de tae-kwondo, Paulo Nicolai, vai fazer uma exibição. Aqui em São Paulo, a Academia Força e Saúde está aberta aos sócios da UJS a preços irrisórios".

Elísio afirma que é difícil as academias de física serem procuradas por mulheres: "Existe a vontade de praticar, mas os meios são difíceis. As academias geralmente são destinadas somente a homens. Além do mais, seria necessária uma intervenção maior do Estado no incentivo ao esporte amador. É fundamental a criação de núcleos de esporte, com instrutores disponíveis ao público que queira freqüentar".

A crítica de Elísio tem razão de ser. Afinal, o orçamento de São Paulo destinado ao esporte amador, em 1985, é inferior a Cr$ 3 bilhões. Maior do que o destinado à área na época dos governos do PDS, mas mesmo assim insuficiente. Para a manutenção de apenas dois times de vôlei, no ano passado, uma empresa privada investiu mais de Cr$ 1 bilhão — o que demonstra o quanto o investimento estatal fica longe das necessidades para a prática massiva do esporte pela população.

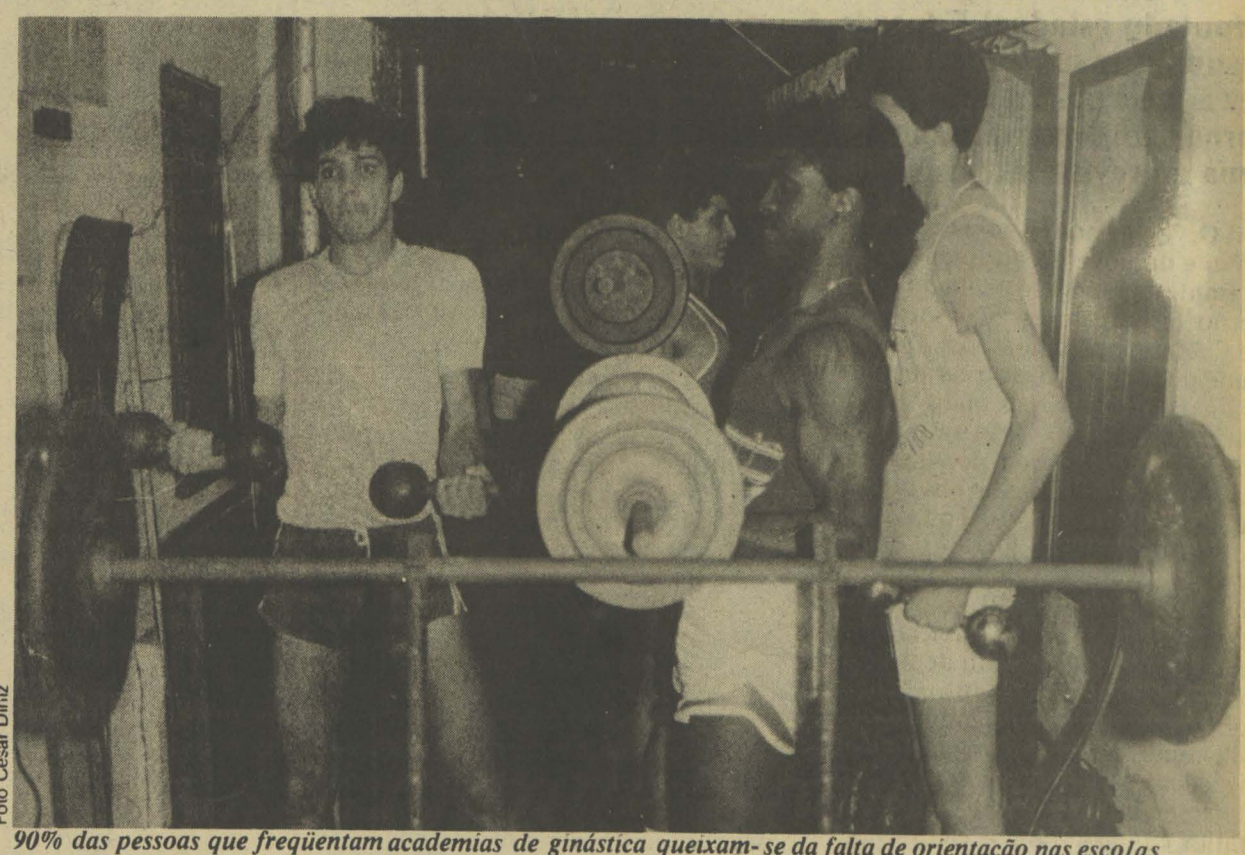


Foto César Diniz

90% das pessoas que freqüentam academias de ginástica queixam-se da falta de orientação nas escolas

Diante dessa realidade adversa à prática esportiva, Elísio vê um grande campo de ação para a UJS, cujo manifesto de lançamento afirma: "A cultura, as artes e os esportes que enriquecem o espírito e educam o corpo são, para a maioria dos nossos jovens, aspirações frustradas e esperanças perdidas. Os salões de espetáculos, as quadras iluminadas de esporte são símbolos de um mundo distante do qual a maioria de nós está ausente". Assim, Elísio afirma que "nosso objetivo imediato é a formação do patrimônio para que se estruture o departamento de esporte. Pensamos na formação de equipes para várias atividades esportivas e também em realizar um curso de xadrez".

Uma judoca dura na queda

É notória a falta de incentivo ao esporte amador no Brasil. A coisa se complica quando o esportista é mulher. É o caso de Rosemayre Cardoso Macambira, campeã paulista de judô em 1981, 82 e 84 (em 1983 foi vice-campeã), e integrante da equipe campeã no Torneio Sogabe de Judô, de caráter nacional, realizado na Bahia no ano passado.

O próprio motivo que levou Rosemayre à prática do esporte dá indicações das dificuldades vividas pelo sexo feminino: "Quando eu era pequena, os meninos batiam muito em mim na escola. Eu era boba, mas queria me defender. Daí resolvi aprender a lutar, mas minha mãe não queria me levar na academia, que isso é coisa pra homem. Mas eu insisti, e ela levou. De fato, eu era a única menina na academia. Isso em 1976. Mas depois outras meninas começaram a aparecer, e a gente foi se enturmando".

A prática do judô realmente mudou a situação de Rosemayre na escola. Antes ela apanhava. Depois, algumas colegas chegaram a lhe oferecer dinheiro para bater num menino que as importunava. "Mas eu não aceitei. Sempre pessoal vinha com esse tipo de proposta ou com brincadeiras, porque eu sabia lutar. Mas agora eu tenho muitas amigas que praticam esporte".

Rosemayre pratica judô há oito anos, e nesse tempo sofreu as dificuldades comuns a todos os esportistas amadores: "Além do judô, eu fazia acrobacia e jogava vôlei. Mas tive que parar, por causa do horário de escola. Agora, em 85, vou procurar trabalho, e não sei se vai dar para continuar com o judô".

Apesar de ser campeã paulista várias vezes e de ter uma coleção de dezenas de medalhas conquistadas nas várias competições de que participou, Rosemayre nunca recebeu nenhum tipo de remuneração ou apoio especializado para a prática de esporte. "Tive várias promessas de patrocínio de empresas, mas nunca consegui nada. Mesmo agora, estou com um problema no joelho — deve ser de tanto bater —, mas não tenho assistência médica. A Federação Paulista de Judô fornece médico pra gente, mas só se a gente se machuca lá. Então fica muito difícil agüentar a barra. Tem que ter muita vontade própria, do contrário não consegue nada."

O próprio futuro de Rosemayre como esportista está comprometido, agora que ela procura emprego: "Na área do judô é difícil trabalhar. Não tenho condições de abrir uma academia, e para dar aula nas academias que existem por aí, eu ganharia menos que um salário-mínimo. O jeito é ver se encontro um emprego de secretária mesmo..."

Rosemayre, campeã paulista de judô, vai ter de deixar o esporte para procurar emprego

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telex: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Jofilly, Olívia Rangel.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000, **Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. **AMAZONAS - Manaus:** Rua Simon Bolivar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone 237-6644 - CEP 69000. **BAHIA - Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Feira de Santana:** Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. **Itabuna:** Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar, sala 1, Centro - CEP 45600. **Itapetinga:** Av Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A — CEP 44060 — **Paratinga:** Rua Pereira Moacir, 96. CEP 47.500. **SALVADOR:** Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro. CEP 40.000. **Simões Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf). CEP 43.700. **DISTRITO FEDERAL - Brasília:** Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302. **CEARÁ — Fortaleza:** Rua Barão do Rio Branco, 1809 — Centro — CEP 60.000

Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. **ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim:** Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. **Vitória:** Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. **GOIÁS - Goiânia:** Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. **Anápolis:** Rua 14 de Julho, 821 — Centro. CEP 77100. **MARANHÃO - São Luís:** Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000. **MATO GROSSO - Cuiabá:** Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande:** R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. **MINAS GERAIS - Belo Horizonte:** Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100. **PARÁ - Belém:** Rua Manoel Barata, 993. CEP 66000. **PARAÍBA - João Pessoa:** Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000. **Campina Grande:** Rua Venâncio Neiva, 318 - 1º andar - CEP 58100. **PARANÁ — Curitiba:** Rua Tibagi 428. CEP 80000. Fone: 234-7484. **Londrina:** Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar. CEP 86100. **PIAUÍ - Teresina:** Rua Barroso, 144 - 1º andar, sala 4 - CEP 64000. **PERNAMBUCO - Cabo:** Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300. **Recife:** Rua Sossego, 221, Boa Vista. **RIO GRANDE DO NORTE - Natal:** Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alecrim - CEP 59000. **RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre:** Rua General Câmara 52, sala 29 - CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos, CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 520. Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Álvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Av. Marechal Floriano, 2248, sala 4, Centro. CEP 26000.

SÃO PAULO - Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Campinas:** Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180 — CEP 17500. **Osasco:** Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco - Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220. CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Paste-Up, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorués, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.

Sim, eu quero receber a *Tribuna Operária*.
Envio junto com este cupom um cheque nominal à *Editora Anita Garibaldi Ltda.*, pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) ☐ Cr$ 70.000,00
Anual popular (52 edições) ☐ Cr$ 35.000,00
Semestral (26 edições) ☐ Cr$ 32.800,00
Semestral popular (26 edições) ☐ Cr$ 16.400,00
Anual para o exterior (em dólares) ☐ US$ 70,00

NOME: .....
ENDEREÇO: .....
.....
BAIRRO: .....
CIDADE: ..... CEP: .....
ESTADO: .....
PROFISSÃO: ..... DATA: ...../...../.....

Endereçe a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi, rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Preços válidos por tempo limitado. Envie hoje o seu cupom.

Receba em casa a Tribuna Operária fazendo já a sua assinatura!

CEDEM Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

"Vi a Nicarágua antiimperialista"

"Vi uma Nicarágua livre e democrática." Desta forma, o deputado estadual Eduardo Bonfim, do PMDB de Alagoas, resumiu as suas impressões durante a visita de oito dias que fez àquele país, a convite do governo sandinista. Depois de retornar ao Brasil na semana passada, o parlamentar concedeu uma entrevista exclusiva à *Tribuna Operária*.

TO: Que impressão você teve do povo e do governo nicaragüense?

Bonfim: Como convidado do governo nicaragüense, eu visitei Manágua, Masaya, Quinombo e Diriamba, onde pude comprovar o caráter democrático e antiimperialista da revolução na Nicarágua e o largo respaldo que ela possui no seio da população. Há uma ampla liberdade de discussão política e de organização. Todos os partidos são legais. Inclusive os de direita, conservadores, como o Partido Liberal Independente (PLI), com quase 20 deputados na Assembléia Nacional. Existe o Movimento de Ação Popular (Marxista-Leninista), também com deputados na Assembléia Nacional, como, aliás, todas as outras organizações políticas — exceção para os que integram a Coordenadoria Democrática e boicotaram as eleições gerais de novembro. Eu visitei a sede de vários partidos políticos, como a Frente Sandinista de Libertação Nacional, que está no poder; o Movimento de Ação Popular (ml); o Partido Popular Social Cristão, etc. Visitei também a Central Sandinista de Trabalhadores, a Associação Nacional de Educadores Nicaragüense, o Comitê de Defesa Sandinista, a Juventude Sandinista 9 de Julho e a Associação de Mulheres Nicaragüenses, organizações de massa amplas, que ostentam uma grande participação das bases populares e apóiam decididamente a revolução.

"A revolução tem um largo respaldo no seio do povo"

TO: Quais as forças sociais que se destacam na defesa da revolução?

Bonfim: As organizações de massa na Nicarágua hoje, ao contrário do que ocorria na época da ditadura somozista, têm uma intensa participação na vida política e social do país. Elas organizam e aglutinam diversos segmentos do povo, promovem discussões, festejos, simpósios, editam boletins. Estão em permanente atividade.

As mulheres e os jovens, a meu ver, são os dois setores da população que têm uma participação mais entusiasta e mobilizadora no processo de consolidação e defesa da revolução. No aeroporto jovens milicianos fardados, nos recepcionaram e pediram passaportes. Eles fazem a vigilância revolucionária do aeroporto contra as sabotagens freqüentes, e a gente os vê sempre, junto com outros milicianos adultos, nos passeios pelas cidades, com metralhadoras nas costas. Sempre sorridentes e orgulhosos de estarem fardados, defendendo a pátria e a revolução. Quase 8 mil jovens tombaram no enfrentamento destes últimos anos com os contra-revolucionários, os remanescentes do somozismo e os mercenários treinados e financiados pela CIA.

A Associação de Mulheres edita regularmente boletins abordando os problemas sexuais, as lutas para superar os preconceitos e discriminações machistas etc. Realiza debates, simpósios e, também, questiona a posição da mulher diante do processo revolucionário e da necessidade de defesa.

TO: Como o povo enfrenta as ações dos contra-revolucionários?

Bonfim: Alguns milhares de mercenários e somozistas treinados e armados pela CIA atuam a partir das fronteiras de Honduras e Costa Rica. Eles objetivavam forjar uma área **libertada**, criando condições para a formação de um governo fantoche a serviço do imperialismo norte-americano. Mas o apoio dos camponenses aos sandinistas é grande, e a garra e o espírito de combate dos milicianos sandinistas impediram esses intentos. Agora, eles continuam atuando a fim de sabotar, principalmente por meio do terrorismo, a produção agrícola no país, tentando criar um clima de pavor e pânico na população. Orientados pela CIA, cometem barbaridades: assassinam crianças, mulheres, velhos, violentam moças, praticam todos os tipos imagináveis de atrocidades e são especialistas em furar olhos de prisioneiros.

Diante disso, a revolução nicaragüense e as organizações de massa formaram brigadas de trabalhadores, estudantes, jovens, mulheres, para ajudar os camponeses na colheita, na zona rural. Essas brigadas são integradas pelos milicianos armados. Toda a Nicarágua está mobilizada para fazer frente aos **contra**: são 400 mil homens e mulheres armados, milicianos, que não são do Exército Regular e que, além de exercerem suas atividades profissionais, prestam auxílio espontâneo à revolução.

"As mulheres e os jovens são os mais entusiasmados"

TO: Como está a solidariedade dos povos à Nicarágua?

Bonfim: Uma coisa que me chamou muito a atenção foi exatamente a solidariedade internacionalista à revolução. Lá estão pessoas de toda parte do mundo emprestando seu apoio concreto aos nicaragüenses e à luta contra a agressão imperialista. São jovens de toda a América Latina, de diversos países da Europa (como Itália, França, Alemanha, Suécia e outros) e, o que emociona a todos, milhares de norte-americanos.

E o apoio se dá em diversos níveis: por exemplo, assisti a uma peça teatral de um grupo norte-americano que tem por tema o assassinato do arcebispo de El Salvador, Oscar Romero, com um cunho nitidamente antiimperialista. Após a encenação, houve uma grande confraternização e eles foram aplaudidos de pé. Há centenas de jovens dos Estados Unidos participando das milícias e das brigadas nas colheitas de café, fumo etc. Houve o episódio em que centenas de norte-americanos dirigiram-se em navios de pesca a um poderoso navio de guerra dos EUA ancorado nas costas nicaragüenses e exigiram, através de megafones, faixas e cartazes, a retirada daquela poderosa força de guerra naval do litoral nicaragüense, dizendo que ela estava cobrindo de vergonha os norte-americanos que estavm no país.

Isso tudo significa que a revolução nicaragüense merece, por seu conteúdo democrático e antiimperialista, o apoio de todos os setores democráticos e revolucionários do mundo.

São 400 mil homens e mulheres armados para defender o país dos mercenários da CIA. Crianças e adultos formam brigadas para garantir a colheita na zona rural

"Os mercenários da CIA furam os olhos dos prisioneiros"

TO: Quais as conquistas da revolução?

Bonfim: São grandes e notáveis. Vê-se que há um intenso processo de alfabetização de camponeses e trabalhadores. Dezenas de milhares foram alfabetizados após a revolução. As brigadas não se restringem à colheita, mas atingem também o campo da educação e da saúde. Formam-se grandes brigadas de alfabetização e, para erradicar doenças, formam-se grupos de educação sanitária, higiene, que têm obtido excelentes resultados. A reforma agrária, por outro lado, tem se intensificado e é grande a distribuição de terras, embora o processo ainda não tenha sido completado.

O regime democrático e antiimperialista vigente permite uma grande participação popular no país. Existem três jornais diários, com tiragens até razoáveis para a dimensão da Nicarágua: "Barricada", órgão oficial da Frente Sandinista, com uma tiragem de 65 mil exemplares; "El Nuevo Diário", independente mas de apoio declarado à revolução, com 40 mil exemplares; e "La Prensa", tradicional jornal conservador, de direita, com 40 mil (e posições coincidentes com as do Partido Liberal Independente e, um pouco, com outros setores reacionários, como a chamada Coordenadoria Democrática).

Os altos funcionários nicaragüenses em sua maioria têm uma postura revolucionária. Usam vestimentas simples e não utilizam a situação de funcionários graduados para privilégios. Por exemplo, enfrentam filas de ônibus, filas de cinemas e procuram ter os mesmos direitos e deveres do cidadão comum. Observei e senti isso na minha visita e são impressões que deixam claro o caráter popular da revolução.

Por outro lado, a economia do país atravessa uma situação crítica, em razão de dois fatos principalmente: a herança somozista, ou seja, a dependência quase que total diante dos Estados Unidos e, o outro, o cerco imperialista norte-americano. A colheita de produtos agrícolas tem sido muito afetada pela sabotagem e pelo terrorismo. O povo tem, porém, subsídios para os setores básicos — ônibus, tendas populares (onde se fazem compras através de bônus a preços bastante acessíveis). E, apesar das ameaças e chantagens (como a do "El Passaro Negro", um poderoso supersônico norte-americano que, quando quebra a barreira de som, produz um grande estrondo como uma gigantesca bomba, usado para criar pânico), o clima entre o povo é de serenidade, altivez e espírito de combate.

Solidariedade dos brasileiros

Segundo o deputado Bonfim, "o povo nicaragüense saudou com muita alegria o fim do regime militar no Brasil. Em todos os lugares onde nós andamos, jovens, trabalhadores, estudantes, mulheres sempre fizeram perguntas sobre o Brasil, após as felicitações ao povo brasileiro pelo fim dos governos de generais. E demonstraram muito otimismo e esperança na consolidação da democracia no Brasil e na organização do nosso povo".

O deputado alagoano destaca que a entrevista de Tancredo Neves à imprensa internacional, dia 16, "teve grande repercussão na Nicarágua, principalmente no que toca á desaprovação do presidente eleito ao regime militar de Pinochet e á posição de claro respeito e defesa da soberania das nações da América Central e, particularmente, da Nicarágua. O povo nicaragüense tem esperança de que o futuro governo brasileiro terá uma firme posição de respeito à soberania das nações da América Latina e defenderá o princípio da não-intervenção de qualquer potência estrangeira nestes países".

SOLIDARIEDADE BRASILEIRA

Eduardo Bonfim alerta para a necessidade de os brasileiros pressionarem contra a aprovação, pelo Congresso norte-americano, da libertação de mais 20 milhões de dólares para as forças contra-revolucionárias e mercenárias que atuam na Nicarágua, solicitados por Ronald Reagan. "Penso que o movimento democrático, o movimento sindical, o movimento estudantil, de mulheres etc., deve enviar cartas, telegramas, abaixo-assinados aos congressistas norte-americanos externando posição contrária à liberação dessa verba. É claro o objetivo de Reagan de sabotar a economia nicaragüense, minar a vida independente e soberana da Nicarágua. Creio que essa solidariedade deve partir, igualmente, das Assembléias Legislativas, dos deputados federais e senadores, neste momento de escalada intervencionista. É fundamental uma ampla mobilização do Brasil em apoio ao povo e à revolução nicaragüenses e em repúdio à arrogância e prepotência do imperialismo norte-americano."

Ilustração: Vangelis Pavlidis - Grécia

Foto: César Diniz

O deputado Eduardo Bonfim: "pude comprovar o caráter popular da revolução"

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois